



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA-SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

62ª SESSÃO ORDINÁRIA

2 15 LAODAS

DATA: 26/05/94

HORA: ~~09:35~~ AS 9:31
~~11:45~~ hs 11:46
(DCL: 97/94)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO
AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E
SÚMULA**

ATA SUCINTA

**62ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 26 DE
MAIO DE 1994 .**

**— 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 1ª
LEGISLATURA —**

PRESIDÊNCIA A B Deputados Rose Mary Miranda, Peniel Pacheco, Eurípedes Camargo e Padre Jonas.

SECRETARIA: Deputados Lúcia Carvalho e Carlos Alberto.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

ABERTURA : 9 horas e 31 minutos.

ENCERRAMENTO : 11 horas e 46 minutos»

**REGISTRO DE PRESENCAS NA
SESSÃO**

Deputado Agnelo Queiroz	< PC do B)	presente
Deputado Aroldo Satake	< PP >	presente
Deputado Carlos Alberto	í PPS)	presente
Deputado Cláudio Monteiro	< PPB)	presente
Deputado Edimar Pireneus	< PP)	ausente
Deputado Eurípedes Camargo	(PT)	presente
Deputado Fernando Neves	(PP)	presente
Deputado Geraldo Magela	(PT)	presente
Deputado (3ilson Araújo	(PP >	presente
Deputado Padre Jonas	(PP)	presente
Deputado Jorge Cauhy	(PP)	presente
Deputado José Edmar	(PSDB)	presente
Deputado José Ornellas	< PL)	ausente
Deputada Lúcia Carvalho	C PT)	presente
Deputado Manoel de Andrade	< PP >	presente
Deputada Maria de Lourdes	(PSOB)	ausente
Deputado Maurílio Bilva	C PP)	presente
Deputado Pedro Celso	(PT)	presente
Deputado Peniel Pacheco	(PTB)	presente
Deputada Rose Mary Miranda	< PP >	presente
Deputado Salviano Guimarães	(PSDB)	presente
Deputado Tadeu Roriz	< PP)	ausente
Deputado Wasny de Roure	(PT)	presente
Deputado Benício Tavares	í PP)	ausente

PAUTA**I - PEQUENO EXPEDIENTE****I.1 - COMUNICADOS DA MESA**

- Moção, de autoria da Deputada Lúcia Carvalho, que "Sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, reivindicando ao Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal que a Soldado Rosemyre dos Santos Ferreira responda ao processo disciplinar em liberdade".

- Indicação, de autoria do Deputado Manoel de Andrade, que "Sugere a construção de uma unidade para instalação de um posto policial em Taguatinga Sul, na Vila Dimas".

- Indicação, de autoria do Deputado Manoel de Andrade, que "Sugere a ampliação do estacionamento junto ao Hospital Santa Marta, em Taguatinga Sul".

- Indicação, de autoria do Deputado Manoel de Andrade, que "Sugere a construção de passarela na via de acesso ao Aeroporto Internacional de Brasília".

- Indicação, de autoria do Deputado Manoel de Andrade, que "Sugere a construção de uma passarela sobre as vias de acesso ao Assentamento da Telebrasília, no Riacho Fundo".

- Indicação, de autoria do Deputado Manoel de Andrade, que "Sugere a construção de viaduto sobre a pista de interligação de Taguatinga/QL/Samambaia".

- Requerimento, de autoria do Deputado Eurípedes Camargo e outros, que "Requer auditoria, através do próprio órgão de economia interna, no setor de reprografia na Câmara Legislativa do Distrito Federal".

- Moção, de autoria do Deputado Geraldo Magela, que "Solicita à Câmara Legislativa do Distrito Federal encaminhar à Federação Nacional dos Trabalhadores em Processamento de Dados manifestação de apoio e solidariedade às suas reivindicações de reposição salarial e melhores condições de vida e trabalho".

- Moção, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Sugere a manifestação de solidariedade da Câmara Legislativa do Distrito Federal à organização da 'Caminhada contra as Drogas'".

- Requerimento, de autoria do Deputado Geraldo Magela, que "Solicita à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF - programação de diligências no Setor Sudoeste, para examinar o andamento das obras de infra-estrutura naquela área".

- Requerimento, de autoria do Deputado Padre Jonas e outros, que "Solicita tramitação em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1377, de 1994, que 'Dispõe sobre a criação do Quadro de Despachantes Públicos no Distrito Federal e dá outras providências".

- Moção, de autoria dos Deputados Agnelo Queiroz e Cláudio Monteiro, que "Reivindica à diretoria da EMBRATUR providências sobre o reequadramento dos servidores do órgão, lotados no Distrito Federal".

- Requerimento, de autoria do Deputado Eurípedes Camargo, que "Requer ao Tribunal de Contas do Distrito Federal cópias referentes às folhas 332 a 403 do Processo nº 2982/85".

- Requerimento, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que "Solicita à Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB, informações sobre a empresa".

- Requerimento, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que "Solicita à Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB, cópia integral dos processos nºs 07500086/94 e 0750004/94".

- Moção, de autoria do Deputado Aroldo Satake, que "Reivindica à Presidência da República a prorrogação, por prazo indeterminado, das atuais cédulas de identidade dos estrangeiros portadores de visto permanente".

- Ofício nº 482, de 1994, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que encaminha cópia do teor da Decisão nº 2163, de 1994.

- Ofício nº 515, de 1994, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que encaminha cópia do teor da Decisão nº 2399, de 1994.

- Ofício nº 487, de 1994, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que encaminha cópia da Decisão nº 1655, de 1994.

- Requerimento, de autoria dos Deputados José Edmar e Maurílio Silva, que "Requer inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 201, de 1991, que 'Cria o Parque Ecológico e Recreativo Juscelino Kubitschek'".

I.2 — COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ, em nome do PC do B.

- Cumprimentos ao subprocurador-geral da República, Pftlo pedido de instauração de sKis inquKRMios, junto ao Superior Tribunal de Justiça <STJ>, para investigar possíveis irregularidades do Governador do Distrito Federal, Sr. Joaquim Roriz -

DEPUTADO CARLOS ALBERTO, em nome da Bancada do PPS

- Manifestação de apoio ao subprocurador-geral da República, Paulo Sollberger, pela solicitação de abertura de inquérito contra o Governador Joaquim Roriz, para apurar irregularidades denunciadas durante a CPI do Orçamento.

DEPUTADO EURÍPEDES CAMARGO, KW nome da Bancada do PT.

- Comentários sobre as notícias publicadas nos jornais de hoje, que tratam da investigação do Governador Joaquim Roriz, a ser realizada pela Polícia Federal, e manifestação de apoio ao Poder Judiciário.

DEPUTADO MAURÍLIO SILVA, em nome da Bancada do PP.

- Críticas ao pronunciamento de Parlamentar que utilizou citações da Bíblia, na sessão de hoje.

- Considerações sobre a investigação do Governador do Distrito Federal, solicitada pelo subprocurador-geral da República, Paulo Sollberger, ao Superior Tribunal de Justiça e solidarização ao Sr. Joaquim Roriz.

DEPUTADO PADRE JONAS, em nome da Bancada do PP

- Defesa do Governador do Distrito Federal denunciado ao Superior Tribunal de Justiça.

- Ponderações sobre notícias veiculadas na imprensa, ontem, a respeito da falta de quorum durante a realização da sessão ordinária, nesta Casa.

X - 3 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO CARLOS ALBERTO (PPS)

- Denúncia de aplicação de multas, com elevados valores, pelo Governo do Distrito Federal, às microempresas do Distrito Federal.

- Defesa de seu discurso de hoje, durante o Comunicado de Líderes N

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PTB)

- Referências ao Dia da Indústria no Brasil, comemorado ontem.

- Registro do Congresso Hemisférico de Câmara de Comércio e Indústrias Latinas, ocorrido em Miami, destacando a homenagem recebida pelo Dr. Newton Egydio Rossi, que conquistou o título de Presidente de Honra da Secretaria Permanente dos Congressos Hemisféricos.

- Reflexões sobre citações de trechos da Bíblia, durante os (discursos) de Parlamentares desta Casa.

DEPUTADO GILSON ARAÚJO (PP)

- Defesa do Governo do Distrito Federal e críticas à atuação dos Parlamentares desta Casa, durante a primeira legislatura.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT)

- Denúncia de prisão da soldado Rose Mary dos Santos Ferreira, no quartel da Polícia Militar do Distrito Federal, e solicitação aos Parlamentares de apresentação de Moção de solidariedade à policial.

- Registro da denúncia da jornalista Rosa, membro do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, sobre a constrangedora revista realizada, pela Polícia Militar, nas mulheres que viajavam no ônibus com destino à cidade-satélite do Gama, na última sexta-feira.

DEPUTADO GERALDO MAGELA (PT)

- Solidarização com os servidores das universidades federais, em greve pela reposição salarial.
- Pronunciamento em favor da realização das investigações do Governador do Distrito Federal pelo Superior Tribunal de Justiça.
- Defesa do candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que realizou discurso sobre o carro de som do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, no último dia 24.

XI — ORDEM DO DIA

ITEM 1 Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1280, de 1994, de autoria do Deputado Manoel de Andrade, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura contra furto ou roubo de automóveis nos estacionamentos dos shopping centers, supermercados, lojas de departamentos e empresas que operam estacionamentos com número de vagas superior a trinta (30) veículos, e dá outras providências". **MANTIDO** com 4 votos contrários, 4 votos favoráveis e 4 abstenções. *Houve 10* **VA** usências.

ITEM 2 - Discussão e votação da Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 034, de 1993, de autoria da Deputada Lúcia Carvalho, que "Gusta a Portaria nº 36, de 29 de dezembro de 1992, que fixa logradouros vedados à realização de comícios, assembleias ou outras manifestações no Distrito Federal". **APROVADA POR VOTAÇÃO SIMBÓLICA**

ITEM 3 - Discussão em 2º turno, 2º dia e votação do Projeto de Lei nº 439, de 1992, de autoria do Deputado Carlos Alberto, que "Dispõe sobre a Administração de Unidades de Conservação e demais áreas ambientais (pref.)tegidas, no Distrito Federal, por Organizações Cívicas Ambientais Não-Governamentais e dá outras providências". **DISCUTIDO.**

III — GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PTB)

• Críticas ao discurso do candidato da Frente Brasil Popular à Presidência da República, Luiz Inácio LULVA da Silva, ocorrido ontem, no Rio de Janeiro e à representação Judicial a ser interposta pelo Par. V. id. dos Trabalhadores contra o Deputado Edimar Pireneus, por possíveis práticas (1) crime eleitoral.

IV — ENCERRAMENTO

EU, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do Art. 95 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nS 019 de 17/06/91, lavrei a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO
AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E
SÚMULA**

SUMÁRIO

**1 - ATA DA 623 SESSÃO
ORDINÁRIA, EM 26 DE MAIO DE
1994.**

1.1 - ABERTURA

1.2 - PEQUENO EXPEDIENTE

**1.2.1 - LEITURA DAS ATAS DAS
SESSÕES ANTERIORES**

1.2.2 - COMUNICADOS DA MESA *

- Moção de autoria da Deputada Lúcia Carvalho. ✓
- Indicação de autoria do Deputado Manoel de Andrade. ✓
- Indicação de autoria do Deputado Manoel de Andrade. ✓
- Indicação de autoria do Deputado Manoel de Andrade. ✓
- Indicação de autoria do Deputado Manoel de Andrade. ✓
- Indicação de autoria do Deputado Manoel de Andrade. ✓
- Requerimento de autoria dos Deputados Eurípedes Camargo, Geraldo Magela e Lúcia Carvalho. ✓
- Moção de autoria do Deputado Geraldo Magela. ✓
- Moção de autoria do Deputado Wasny de Roure. ✓

- Requerimento de autoria do Deputado Geraldo Magela.
- Requerimento de autoria do Deputado Padre Jonas.
- Moção de autoria dos Deputados Agnelo Queiroz e Cláudio Monteiro.
- Requerimento de autoria do Deputado Eurípedes Camargo.
- Requerimento de autoria do Deputado Agnelo Queiroz.
- Requerimento de autoria do Deputado Agnelo Queiroz.
- Moção de autoria do Deputado Aroldo Satake.
- Ofício nº 482/94 do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- Ofício nº H15/94 do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- Ofício nº S 487/94 do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- Requerimento de autoria dos Deputados José Edmar e Maurílio Silva.

*** (Lidos após a Ordem do Dia)**

1.2.3 - COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ, em nome do PC do B.
DEPUTADO CARLOS ALBERTO, em nome da Bancada do PPS.
DEPUTADO EURÍPEDES CAMARGO, em nome da Bancada do PT.
DEPUTADO MAURÍLIO SILVA, em nome da Bancada do PP.
DEPUTADO PADRE JONAS, em nome da Bancada do PP.

1.2.4 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO CARLOS ALBERTO (PPS)
DEPUTADO PENIEL PACHECO (PTB)
DEPUTADO GÍLSON ARAÚJO (PP)
DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (PT)
DEPUTADO GERALDO MAGELA (PT)

1.3 — ORDEM DO DIA

ITEM 1º: Apreciação do veto total no Projeto de Lei nº 1280, de 1994, de autoria do Deputado Manoel de Andrade.

ITEM 2º: Discussão e votação da *Redação Final* do Projeto de Decreto Legislativo nº 034, de 1993, de autoria da Deputada Lúcia Carvalho.

ITEM 3º: Discussão em 2º turno, 2º dia, e votação do Projeto de Lei nº 439, de 1992, de autoria do Deputado Carlos Alberto.

1.4 — GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PTB)

1.5 — ENCERRAMENTO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

1

TAQUI: GILWANIA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 9:35 Nº: 0-08.1

DATA: 05.05.94

ORADOR:

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) - Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Passamos às

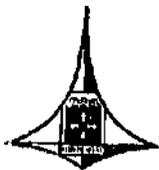
COMUNICAÇÕES DE LIDERANÇAS.

Com a palavra o Deputado Agnelo Queiroz, pela Liderança do PC do

B.

O SR. AGNELO QUEIROZ (Pc do B, Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com grande satisfação que recebo a notícia^{de} que o Subprocurador da Justiça, Dr. Paulo Sollberger, pediu ontem ao Superior Tribunal de Justiça que ordenasse a instauração de seis inquéritos policiais federais para apurar denúncias contra o Governador do Distrito Federal.

As denúncias são por demais conhecidas por esta Casa, já as^{de} trouxemos várias vezes aqui, a sociedade^{dela} já tomou conhecimento, inclusive estou sendo processado pelo Sr. Governador justamente por ter denunciado essas questões que estão sendo agora reconhecidas pela Procuradoria, ou seja, a Procuradoria-Geral da República acolheu as denúncias da CPI do Orçamento e, com isso, dá uma demonstração de independência, de compromisso com a sociedade brasileira. E tenho certeza^{de} que essa atitude nos estimula bastante^{la} a continuar essa .



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

2

TAQUI. : GILWANIA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 9:35 Nº: 0-08.2

DATA: 26,05.94

ORADOR: DEPUTADO AGNELO QUEIROZ

luta pela moralidade no serviço público, para não permitir que seja dilapidado, seja usurpado, seja subtraído, como foi neste caso do Governador do Distrito Federal.

Esta Casa, infelizmente, poderia estar cumprindo este papel, instalando a CPI, fazendo essa apuração que toda a sociedade desejava; mais não: foi omissa, conivente com todas as denúncias. E agora a Procuradoria-Geral da República absorve a denúncia e solicita a instauração de inquérito no STJ.

Quero dizer com isso que todas as denúncias que fizemos, que publicamos em nossos materiais, estão aqui citadas, desde o superfaturamento de obras do Metrô e de outras obras, até a questão da conta "Laranja" do Sr. Valdevino, que depositou dinheiro na conta do Governador Joaquim Roriz e vários depósitos



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

3

TAQUI.: Célia

REVISOR: Alzira

HORA: 9:40 Nº: 0.9.1

DATA: 26.05.94

ORADOR: Dep. Agnelo Queiroz (Cont.)

nas contas dos Deputados Distritais. As denúncias da Comissão de Emendas sobre o dinheiro público que foi aplicado e desviado para outras áreas, aplicado em mercado financeiro, as negociatas com o Ministério da Ação Social, para construir galpões no País inteiro, como se isso fosse obrigação do Distrito Federal, e a questão da sonegação fiscal, que também está sendo investigada, tudo isso nos deixa muito à vontade, pois, as denúncias que fizemos, que publicamos, que mostramos à sociedade, inclusive, o Governador nos processa por isso, ele sim é que vai ter que explicar à Justiça, e não processar quem está denunciando o que é corriqueiro, que todos sabem, e que a CPI do Orçamento comprovou e a Procuradoria-Geral da república absolveu. Digo isso com toda a convicção: só tinha uma saída para o Governador, foi o que ele procurou fazer aqui, não permitindo ^a investigação, porque em qualquer fórum que ocorresse a investigação, tenho certeza de que ele seria condenado, porque as denúncias são evidentes, as provas são matérias, e não tem defesa. Como explicar um milhão de dólares na conta do vaqueiro de sua fazenda, que nunca compareceu a um banco? Como explicar as obras superfaturadas? Como explicar os depósitos em sua conta bancária, provenientes de contas fantasmas e contas-laranja? Como explicar um patrimônio enorme, não declarado no fisco, e, portanto, sonegador? Como explicar para a sociedade os créditos bancários que não têm origem, che-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

4

TAQUI.: Célia

REVISOR: Alzira

HORA: 9:40 Nº: 0.9.2

DATA : 26/05.94

ORADOR:

gando 6 milhões de dólares, quando Ibsen Pinheiro foi cassado porque não explicou 1,5 milhão de dólares, e o Governador tem em sua conta pessoal 6 milhões de dólares, fora a conta do Valdevino e fora as contas fantasmas?

Sr. Presidente, acho que esta Casa, a bancada de Oposição, que lutou, de forma intransigente, para corresponder aos anseios da sociedade, para ver apuradas esas denúncias, sente uma satisfação especial, neste momento, ao ver que há uma esperança de justiça neste País, e que tem condições, sim, de se fazer a investigação, têm condições, sim, de mostrar à sociedade que esse tipo de dirigente, esse tipo de político, esse tipo de governante não interessa à sociedade, e que o lugar dele é bem outro, bem distante da manipulação do dinheiro público e do interesse da sociedade. Por isso, quero, em nome do PC do B, fazer uma saudação especial à Procuradoria-Geral da República, como praticamente o único órgão que seria a esperança de nosso povo, para continuar a investigação da corrupção da CPI do Orçamento, que o Congresso fez de maneira limitada, pegando os pequenos anões, e, mesmo assim, absolvendo-os posteriormente, daria continuidade àquela investigação, para que a sociedade ficasse sabendo desse tipo de corrupção. Esperamos que a investigação possa avançar e a justiça possa confiscar os bens desses ladrões do dinheiro público, e, mais ainda, que a Procuradoria possa não só confiscar



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

5

TAQUI.: Célia

REVISOR: Alzira

HORA: 9:40 Nº: 0.9.3

DATA: 26.5.94

ORADOR: Dep. Agnelo Queiroz (Cont.)

os bens
adquiridos de forma ilegal, ilícita, mas também possa colocá-^{los} na cadeia, por-
que o lugar de quem subtrai o dinheiro público e na cadeia e não ^{na} direção
da coisa pública, não no Congresso Nacional, não nas Casas Legislativas. Esse
é que o lugar correto para essas pessoas. . Tenho, certeza que a nossa so-
ciedade exige isso e que a nossa Justiça fará um esforço para corresponder
a essa etapa da vida de nossa população, que não pode
mais conviver com dirigentes e governantes que utilizam os cargos para resol-
ver seus problemas pessoais, fl|e seus amigos, das empreiteiras, enquanto a po-
pulação passa fome, não tem remédios nos hospitais, as escolas estão
falidas ^e a segurança está completamente abandonada.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

6

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Alzira

HORA: 9h45 Nº: 0.10.1

DATA: 26.05.94

ORADOR: O SR. AGNELO QUEIROZ (Continuação)

Isto é que nos revolta e ao mesmo tempo nos estimula a lutar para varrer da vida política do nosso País, da vida política da nossa cidade, este tipo de político que infelizmente ainda permanece no nosso convívio, mas que em breve, com o próprio avanço da sociedade exigirá novas posturas, novos compromissos e seguramente não permitirá que este tipo de comportamento ainda ocorra ^{em} nosso meio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

0.10.2

Polícia Federal investigará Roriz

O subprocurador-geral da República Paulo Sollberger pediu ontem ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) que ordenasse a instauração de seis inquéritos policiais federais para apurar denúncias contra o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. O subprocurador quer que a Polícia Federal intensifique as investigações realizadas pela CPI do Orçamento sobre irregularidades que podem envolver o governador. Ao rãal das apurações, a Procuradoria Geral da República decidirá se oferece denúncia contra o governador ao STJ ou se arquiva o processo por falta de provas. Se houver denúncia, o STJ deverá pedir licença à Câmara Legislativa para processar Joaquim Roriz.

Ricardo



O QUE DEVE SER APURADO

- A Procuradoria Geral quer que se investiguem indícios de **superfaturamento** na licitação para a construção do Metrô de ferasilândia, vencida pelo **Consórcio Brasmetrô**. A CPI concluiu que pode ter havido acordo para elevar o preço.
- A Procuradoria da República quer que seja ouvido o depoimento do administrador da fazenda de Roriz, **Valdivino Pinheiro**, sobre depósitos de **elevadas** quantias nas contas bancárias do governador.
- A **Procuradoria** da República pede o depoimento de Valdivino Pinheiro sobre a quitação de depósito em **RDB** no Banco do Progresso e posterior depósito de parte do **dinheiro** em **contas correntes** de deputados distritais.
- A Procuradoria da República quer que se investigue suspeita da Subcomissão de Emendas Orçamentárias da **CPMI** sobre possível manipulação, ordenada **pelo** governador, de verbas orçamentárias de **destinação** específica.
- A Procuradoria da República **quer** que seja investigada denúncia de que **Roriz teria**, um dia antes de tomar posse, assinado convênio entre o **GDF** e o Ministério da Ação Social para a construção de galpões em vários estados.
- A Procuradoria quer **investigações** sobre **possível** crime eleitoral — e também fiscal — caso se confirme que o governador omitiu bens de sua **propriedade** na declaração de bens que entregou ao **TSE**.

Cidade, capa e página 2

Justiça aperta
empresa que não
recolhe imposto

Juiz ameaça mandar prender Lula

No cerco aos **sonogadores**, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do DF recorren à Justiça para recu-

VALDIR CAVALCANTE

TRABALHADOR

O candidato do PT à **Presidência**, **Luiz Inácio Lula** da Silva, pode ser preso por juiz eleitoral de

sou em caminhões do Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD. Oficiais de justiça estão desde ontem à **procu-**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

8

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Alzira

HORA: 9h45 Nº: 0.10.3

DATA: 26.05.94

ORADOR:

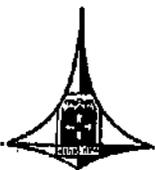
O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) - Passo os trabalhos da Presidência ao Deputado Peniel Pacheco.

(Assume a Presidência o Deputado Peniel Pacheco.)

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto, ^{que salara!} pela Liderança do PPS.

O SR. CARLOS ALBERTO (PPS. Como Lider. Sem revisão do orador.)-

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros Colegas, para nós é realmente edificante este momento em que a Justiça se pronuncia, solicitando investigações ao Superior Tribunal de Justiça para apurar os crimes cometidos no exercício do mandato, por um conjunto de cidadãos que se envolvam com práticas irregulares de corrupção. Também da CPI do Orçamento emanou um conjunto de informações coletadas através de documentos oficiais, mostrando que o Sr. Governador ^{Luiz} Roriz precisa ser investigado. Vejam só: há poucos dias parecia que essa era uma opinião apenas dos Deputados da ^{Luiz} Oposição: do PT, do PPS, do PC do B, talvez muito mais preocupados em denegrir a imagem de um santo homem; ^{Luiz} o Sr. Governador Roriz. Porém, hoje, é a Procuradoria-Geral da República deste País, dignificando as instituições jurídicas, que pede abertura de investigações ao Superior Tribunal de Justiça e veja ^{Luiz} só, Sr. Presidente, o Sr. Governador ^{Luiz} Roriz vai ser investigado pela Polícia Federal ou seja, caiu nas malhas da Justiça. caiu nas malhas da Polícia e talvez,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

9

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Alzira

HORA: 9h45

Nº: 0.10.4

DATA: 26.05 94

ORADOR: _____

neste momento, S.Exa. esteja - quem sabe - até tendo oportunidade de dar uma demonstração de apress^o ao eleitor que votou nele, indo a público e fazendo uma autocrítica, uma verdadeira análise das práticas equivocadas, atrasadas, conservadoras, que velhos políticos vêm desenvolvendo em nosso País.

Agora, caros Colegas, a fl^oposição entrou com uma solicitação, um requerimento para instalar nesta Casa uma CPI do Orçamento. Nos vamos voltar a isto. É uma contribuição que esta Casa tem a dar e, nesta oportunidade, gostaríamos até de convidar aqueles que tem amor à verdade, alias vocês sabem que



S/Hermione



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

10

TAQUI.: Hermione REVISOR: Lizete HORA: 9:50 Nº: 0.11/1
DATA: 26/5/94 ORADOR: Carlos Alberto (cont.)

naquele Livro, se diz: "A verdade salvará". Então, vamos em direção à verdade, talvez em direção à salvação. Óra, tantos os religiosos, tantos os pastores, tantos os padres existentes nesta Casa- quem sabe? não possam, estar a serviço da salvação e da verdade.

Queremos que todos os Deputados desta Casa se coloquem em dignificação ao Poder Legislativo, que tem sido humilhado pelo atual Governador; em primeiro lugar, os próprios Deputados do chamado Partido Progressista, o PP, que tem sido submetido a empréstimos irregulares, verdadeiras arandilhas, a humilhação de ter que chegar em plenário e votar contra a própria consciência; vêm tentando transformá-los em meros negociatas, em pessoas que, ao ser apreciado, nesta Casa, projeto que vem ao encontro de interesses da sociedade, votam contra a própria consciência e contra o interesse da sociedade. Então, é exatamente a hora de esta Casa demonstrar dignidade, ^{que} representa o povo, e que cada Deputado Distrital eleito que tenha faltado ao compromisso com a verdade, venha aqui fazer autocrítica.

Muito obrigado, Sr. ^{TP} presidente e caros colegas.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

11

TAQUI.: Hermione

REVISOR: Lizete (Geraldo) HORA: 09:50 Nº: 0-11.02

DATA: 26/05/94

ORADOR: Dep. Eurípedes Camargo

agf.

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, os acontecimentos amplamente divulgados na televisão, ontem, e que deram margem ao noticiário dos jornais de hoje, não me alegram, mas, ao mesmo tempo, tenho sentimento de alegria por entender que, pelo menos um dos Poderes, o Judiciário, se responsabilizou pela sua omissão, enquanto Poder - o Poder Judiciário resgatou a sua soberania perante os fatos, interpretando-os, e tomou posição em relação àquilo que estava fartamente documentado pela CPI do Orçamento.

Lamento, neste momento, que a Câmara Legislativa, Poder ao qual pertença, não tenha tido a mesma atitude; sinto tristeza pelo fato de este Poder não ter tido altivez, não ter sabido se portar, enquanto um dos Poderes que representam a nossa sociedade, assumir a sua responsabilidade. É um fato lamentável, que depõe contra as instituições.

Penso e tenho mesmo a convicção de que, fora das instituições, há o caos; quando elas não se responsabilizam pelos seus atos, estamos caminhando ou contribuindo para que, fora delas, haja, o caos. Nesse sentido, a minha preocupação com o Poder legislativo, a câmara Legislativa do Distrito



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

12

TAQUI.: Hermione

REVISOR: Lizete(Geraldo) HORA: 09:50 Nº: 0-11.03

DATA: 26/05/94

ORADOR:.....

agf.

Federal, que não soube, em momento oportuno, encaminhar sua responsabilidade, devido a gravidade das denúncias, nem desempenhar seu papel, no caso, qual seja, no espaço próprio desta Casa, a CPI ter o seu desenvolvimento.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

13

TAQUI.: YEDA

REVISOR: LIZETE

HORA: 9h55m Nº: 0.12.1

DATA: 26.05.94

ORADOR: O SR. EURÍPEDES CAMARGO (PT) cont.

Foi proposto por vários Parlamentares da Casa, mas a maioria deles não entendeu seu dever, sua obrigação de exercitar a sua função enquanto fiscalizador dos atos dos Poderes, inclusive a Câmara Legislativa. Essa, a nossa lamentação.

Tenho certeza, porém, que a situação colocada vai chegar a bom termo, e espero que a situação embaraçosa criada não venha mais a ocorrer e sirva de exemplo, para que possamos assumir, com dignidade, nosso mandato, baseado no mérito das questões e não no interesse particular.

era o que eu tinha a dizer e a lamentar, mas, ao mesmo tempo, estender nosso apoio e solidariedade ao Poder Judiciário, que, de certa forma, ajudou a que a Instituição não seja questionada pela sociedade; pelo menos, o Poder Judiciário ressaltou, diminuiu o impacto negativo que esta Câmara Legislativa não soube evitar.

Era isso o que eu tinha a lamentar, esperando não tenhamos mais essas dificuldades.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

14

TAQUI.: YEDA

REVISOR: LIZETE

HORA: 9h55m Nº 0.12.2

DATA: 25.06.94

ORADOR: _____

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Maurílio Silva.

O SR. MAURÍLIO SILVA (PP. Como líder, sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PP vem à tribuna para fazer algumas colocações e gostaria da atenção dos Srs. Deputados, Assessores e demais pessoas que nos ouvem:

Começo a não mais suportar determinado tipo de pressão que se coloca aqui vez ou outra. Um cavalheiro, nobre Deputado, chega aqui para fazer citações bíblicas, quando não conhece nada da Bíblia, tanto que fez referência errada, talvez conhecesse melhor Comunismo. E deveria certamente assumir essa postura e não vir aqui fazer cobranças de Pastores, de religiosos.

É preciso deixar claro, neste País, que nem pastor, nem padre, nem espírita, é melhor ou pior do que um cidadão que, por muitos anos, professou o ateísmo, se é que ateísmo se professa.

Agora, vez ou outra, chega aqui citando a Bíblia, sem conhecer absolutamente nada a respeito. Não posso concordar com a S.Exa. Por outro lado, penso que é papel da justiça, sim, apurar irregularidades.

O Governador Joaquim Roriz, em nenhum momento, esteve contra isso; o que S.Exa. discutiu, e presenciei, foi outro fato: que, naquele momento, na CPI do Orçamento, se explorava e muito o fato de forma eleitoral. E, num ano de campanha política, num ano de eleições, sem dúvida alguma, estão levantando de novo, pelo fato de que o Governador Joaquim Roriz continua sendo, no Distrito Federal, um Líder que, certamente, incomoda e preocupa.



CÂMARA LEGISUTIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

15

TAQUI. : YEDA REVISOR: LIZETE HORA : 9h55m Nº: 0.12.3
DATA: 26.05.94 ORADOR: O Sr. Maurílio Silva (PP) cont.

Na minha visão, compete à Justiça apurar; não tenho nenhuma dificuldade em ver a Justiça apurando fatos. É dever da Justiça apurar, é dever do Procurador dazer a denúncia, compete ao Tribunal aceitar ou não e, se aceitar, certamente, que virá a esta Casa para debate.

Agora, fazer disso um palanque eleitoreiro - não é eleitoral - e fazer disso um "cavalo de batalha", fazer disso, neste momento, agressão a companheiros, até citando seu princípio religioso, é faltar com o princípio elementar do respeito.

Precisa acabar, no Brasil, com essa historia de que evangélicos, religiosos,

S/Lúcia



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

16

TAQUI. : LÚCIA REVISOR: CLARICE HORA: 10:00 Nº: 0-13/1

DATA: 26/05/94 ORADOR: MAURÍLIO SILVA

de modo geral, são diferentes, são piores, são menos capazes do que outros cidadãos.

Eu gostaria de deixar registrada não a minha preocupação mas a minha indignação com essas colocações.

O Sr. Lula diz claramente que não tem dificuldades de repetir o fato de ir ao veículo de propriedade de sindicato para fazer os seus discursos. Em nenhum momento, estamos discutindo se essa atitude está certa ou errada. Agora, penso que não é o momento de discutir o fato de usar esse tipo de situação para campanha eleitoral.

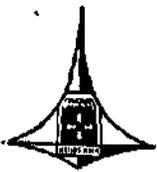
O PP deixa registrado que não temos nenhuma preocupação quanto a apurar fatos. O que nos preocupa, sim, é que alguns companheiros usam os fatos como se eles estivessem segurados à bandeira, achando que são os únicos detentores da verdade. A verdade será vista com o pronunciamento final da Justiça. Esperamos somente a justiça e nada mais do que isto.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CARLOS ALBERTO (PPS) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, invoco o direito de resposta. Houve a citação, pelo nobre companheiro, de palavras por mim mencionadas. De fato, mencionei as palavras de livros



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

17

TAQUI.: LÚCIA REVISOR: CLARICE HORA: 11:00 Nº: 0-13/2
DATA: 26/05/94 ORADOR: CARLOS ALBERTO

e fui retificado. Caberia, então alguma interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - A Presidência vai verificar junto à Taquigrafia se houve citação explícita e nominal de V.Ex^a.

O SR. CARLOS ALBERTO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nominal não houve, seguramente.

Quero dizer que a minha questão de ordem é precisa: fui citado, embora não tenha sido citado nominalmente, porque expressei alguns conceitos e foram exatamente esses conceitos que foram mencionados pelo nobre deputado Maurílio Silva.

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - V.Ex^a, Deputado Carlos Alberto, está disposto a ouvir a Presidência ou quer interrompê-la novamente?

Sempre que alguém dirige à Mesa alguma questão de ordem, deve aguardar que a Mesa ofereça resposta a essa questão de ordem. Se V.Ex^a estiver interessado em ouvir a decisão da mesa, estarei pronto a dá-la.

O SR. CARLOS ALBERTO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sem dúvida, ~~que~~ quero escutar a resposta a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Vamos nos informar junto à Taquigrafia se houve insinuação ou algum tipo de atribuição dirigida - a V.Ex^a, nos termos regimentais. Em seguida, daremos uma resposta a respeito desse assunto.

Com a palavra o Deputado Padre Jonas.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

18

TAQUI.: LÚCIA REVISOR: CALRICE HORA: 10:00 Nº: 0-13/3
DATA: 26/05/94 ORADOR:

O SR. PADRE JONAS (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados, se, por um lado, alguém se manifestou ou muitos se manifestaram felizes pelo que aconteceu da segunda vez, através da televisão e dos Jornais de hoje, por outro lado, sinto-me profundamente gratificado de ver o contrário, em sentido contrário, aplaudir o contrário e buscar exatamente o contrário. Se V.Exª leu os jornais de hoje e assistiu à televisão, viu, pela segunda ou terceira vez, pessoas usando e abusando do direito de acusar outras pessoas. Estamos faljando daquilo que V.Exª está indagando, mas deixo o direito de ir buscar do que se trata.

"Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará."



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

19

TAQUI.: Lara

REVISOR: Clarice

HORA: 10h05 No. 14.1

DATA: 26.05.94

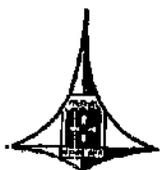
ORADOR: Dep. Padre Jonas

O que mais chama a atenção em tudo isso é que se uma pessoa ao-
ta esse princípio e o usa, ela está se libertando através da verdade para bus-
car a própria salvação desse princípio vital inerente a sua espiritualidade.
Mas quando a pessoa, não pertencendo a essa corrente espiritual, busca no ce-
leiro riquíssimo de quem pratica uma religião um princípio inerente a sua es-
piritualidade, para usar de subterfúgios, isso não é bom uso, mas, sim, abuso.

É através da verdade, a qual nos libertamos, que buscamos o cami-
nho cada vez mais certo dentro da dignidade espiritual e religiosa. Aliás,
sentimos que há pessoas que buscam essa salvação através de um caminho, que é
a luz da inteligência, em primeiro passo, antes de qualquer expressão religio-
sa. Sempre digo: não estou aqui defendendo um princípio religioso porque o
princípio religioso está subordinado, concatenado ao princípio da inteligên-
cia. Nenhuma teoria e filosofia, sejam partidárias ou religiosas, substituem
se não estiverem fundamentadas na verdade suprema, que é a luz que ilumina o
caminho em busca da verdade, mas uma verdade vital.

Por isso que, hoje e sempre, defendo essa abertura incomensurá-
vel desse nobre Governador; E não uso de ironias, uso da verdade, procedimen-
to que me liga a esse homem batalhador pela comunidade de Brasília.

Escutei esse homem falando abertamente hoje, na "CBN", afirmando
que



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

20

TAQUI. : Lara REVISOR: Clarice HORA: 10h05 Nº0/14.2

DATA: 26, 05.94 ORADOR: _____

é a Justiça buscar a verdade. Ele está pronto, com toda a documentação, como anteriormente apresentou e; não teve oportunidade, porque a CPI não tinha mais condições de apurar até o final. Apurar o quê? A verdade.

É essa a verdade que nos libertará.

Alguém gostaria que fosse exatamente o contrário da verdade, para; usar do palanque, de subterfúgios contra o que está no coração daquele que trabalha a favor da comunidade.

Por isso, hoje, eu me sinto altamente gratificado em ver confirmado através dos jornais. O Governador diz: "Eu pedi que apurassem porque não poderia deixar esse processo se prolongar ao Deus-dará, quando Deus nos deu a verdade para nos libertar."

Por isso não aceito que alguém inteligente queira fundamentar a satisfação de ver alguém sofrer, desde que não chegue à verdade.

A verdade é exatamente isso: seguir os passos democráticos estabelecidos pelas normas que regem a busca da verdade. O processo está em andamento para apurar e depois terá prosseguimento vindo até a Casa.

Sinto-me enobrecido neste momento, por dizer aquilo que penso, por ser inteligente, ungido pela palavra sagrada que nos liberta em dizer isso a fim de que a Justiça busque a verdade. E aí estaremos adequadamente unidos na solução dessa falácia que se prolonga e que atravanca o processo de-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

21

TAQUI.: Lara

REVISOR: Clarice

HORA: 10h05 Nº:0/14.3

DATA: 26.05.4

ORADOR:

mocrático.

Aproveito este momento, Sr. Presidente, para tratar de outro assunto.

Ontem estivemos aqui na sessão e aconteceu algo muito imparcial. Não estou criticando a imprensa, porque aceito o que ela diz. Ela é responsável por seus atos e por seus escritos. Agora, que usássemos a própria comunicação



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

22

TAQUI.: ^r Sul/Amita REVISOR: Ney _____ HORA: 10h10 Nº: 0-15/01
DATA: 1 ORADOR: _____
26/05/94

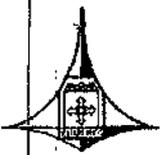
para citar o nome de um Deputado, que esteve presente e os outros que também estavam aqui presentes apareceram no Jornal, isso é parcialidade, é falsidade, é negar a realidade dos fatos.

Sr. Presidente, não há dúvida que não existia número suficiente para prosseguir o nosso trabalho, mas que noticiem também os nomes daqueles que estavam aqui presentes. Isso é parcialidade, é falsidade, é ir contra a realidade dos fatos.

Sr. presidente, gostaria que nós buscássemos soluções com tranquilidade, que nós pudéssemos evitar todo e qualquer desvio da verdade em função da nossa comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,



Sulamita/Ney

10h10

26/05

(Carlos Alberto) -015/2

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CARLOS ALBERTO
DIA 05/94

Fraço hoje para o conhecimento dos ^{Su.} umVA
denúncia da maior gravidade. Trata-se mais uma vez do
descaso do Governo com relação as microempresas do Distrito
Federal.

Ocorre que estão sendo cobradas multas com valores
altíssimas (aproximadamente meio milhão de cruzeiros reais).
EstamultanSEco está sendo cobrada pela falta do pagamento do
imposto. Não, caros colegas, a maior parte das empresas que
se cadastraram recentemente, que antes nem sequer haviam
registro - a maioria delas, de fundo de quintal, familiares -
fôtt& sendo cobradas pela falta d& apresentação de um
formulário à Secretaria da Fazenda. Trata-se do formulário
"D-Micro" que apresenta o balancete mensal. Porém, é
Preciso dizer que essas microempresas3 não apresentaram este
formulário à Secretaria da Fazenda apenas porque não tinham
conhecimento de que o formulário já havia sido elaborado e
estava à disposição a partir de janeiro deste ano.

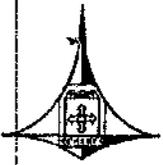
Levo este fato ao conhecimento dos nobres Pares,
póim acredito *que alternativa deve ser encontrada para
solucionar a questão. Todos sabem que o recadastramento das
empresas realizado pelo GDF foi acompanhado de ampla
divulgação na mídia e como se tratava de medida complementar
que foi implementada com certo atraso, entendo qu deveria
também ser amplamente divulgado parVA o conhecimento das
empresas.

Caros Colegas,

← inúmeras vezes, desta Tribuna, ressaltai a
importancia do incentivo a micro e pequenas empresas & seu
papel para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

Durante toda a fase de elaboração da Lei Orgânica,
tive, como fclator do Título sobre, a Ordem Econômica, a
preocupação no sentido de se garantir efetivamente uma
política de desenvolvimento econômico para o Distrito
Federal. Foram considerados como princípios básicos, dentre
outros, a autonomia econômica e financeira do DF e a busca
do pleno emprego.

No entanto, apesar rfoi» princípios da nossa Carta,
e com o título de cidade campeã de desemprego, o GDF
continua agindo sem priorizar as micro e pequenas empresas.



Carlos Alberto

15/03

O campo das forças democráticas de esquerda tem uma proposta clara para o desenvolvimento econômico e para uma política bem-estruturada de emprego.

Caros Colegas,

← a situação aqui relatada pode ser resolvida da melhor forma, com soluções alternativas, que levem em conta a realidade destes microempresários - "



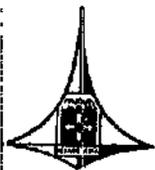
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

25

TAQUI.: Sulamita REVISOR: ney HORA: 10h10 Nº: 0-15/4
DATA: 26/05 ORADOR: Carlos Alberto

NÓS sabemos que durante todos esses anos o trabalho de organização das micro e pequenas empresas feito por milhares e milhares de cidadãos ^{que} realizam com muita habilidade e vontade a tarefa fantástica de criar empregos, pois é a microempresa que cria empregos, e esse cidadão não vem sendo tratado com a devida consideração.

S/DENISE



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

26

TAQUI.: Denise REVISOR: Ney HORA: 10h15 Nº: 0/16.1
DATA: 26.05.94 ORADOR: C. Alberto

i A Secretaria da Fazenda age sobre os microempresarios como abutre à busca de carniça. Não podemos admitir que esses microempresários sejam tratados de forma tão desrespeitosa, porque são eles que, através de seu trabalho, ainda estão garantindo emprego nesta cidade.

; Sra. Presidente, fiquei consternado com as palavras dos companheiros que me precederam mencionando o meu pronunciamento anterior.

Quando estamos nos referindo a pensamentos universais da nossa cultura cristã, dentro da qual fui criado e educado, esta palavra não pertence apenas às palavras dos arautos dos tempo em que muitas vezes foram retirados a chicotadas por aquele que trouxe a verdade.

A época dos fariseus está começando a acabar neste País, porque precisamos fazer com que a palavra seja entendida no seu conteúdo e não na sua forma, pois, assim, não tem sido respeitada, bem como e, principalmente, não tem sido respeitada em seu conteúdo.

Temos apreço pelos religiosos de todas as crenças quando servem a promoção e ao respeito à dignidade humana. Não podemos aceitar que transformem a política em instrumento de enriquecimento pessoal. A política deve ser instrumento de criação de um mundo melhor e mais justo para todos. Não podemos admitir a esperteza que grassa na vida política ainda hoje.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

27

TAQUI.: Denise REVISOR: Ney HORA: 10h15 Nº: 0/16.2
DATA: 26.06.94 ORADOR:

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Convido a Deputada Rose Mary Miranda a assumir a Presidência dos trabalhos.

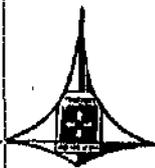
(Assume a Presidência a Deputada Rose Mary Miranda.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, dia 25 de maio, foi comemorado o Dia da Indústria no Brasil, data que, sem dúvida, deve ser lembrada na Câmara Legislativa.

Sabemos que, hoje, o Brasil possui a 9ª economia do mundo graças ao empenho de muitos que se preocuparam em dar a este País oportunidade de emprego através da industrialização.

Não gostaria simplesmente de me reportar ao Dia da Indústria, porque quando se fala na indústria, implicitamente, fala-se no comércio. São os dois pilares da economia nacional ou mesmo da economia de qualquer país. São



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

28

TAQUI.: Denise REVISOR: Ney HORA: 10h15 Nº: 0/16.3
DATA: 26.06.94 ORADOR:

as duas pernas de uma nação que podem promover o desenvolvimento e o progresso.

Ao falar no comércio, não podemos deixar de citar o Congresso Hemisférico de câmaras de Comércio realizado recentemente em Miami que teve como Presidente um brasileiro, mais especificamente um brasiliense, um cidadão de Brasília: Dr. Newton Egídio Rossi. Esse congresso reuniu 2 mil representantes de 29 países das 3 Américas. Na delegação brasileira tivemos 90 participantes e, ainda, tivemos a alegria de saber que pela condução ímpar à frente desse congresso, o Dr. Newton Egídio Rossi conquistou, pela primeira vez na história daquela Câmara de Comércio, o título de Presidente de Honra da Secretaria Permanente dos congressos hemisféricos.

O comércio brasileiro foi bem visto no exterior graças ao denodo, ao empenho e ao trabalho desse insígne brasiliense.

1 Não poderá deixar de ressaltar

S/Riva



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

29

TAQUI.: Riva

REVISOR: Stein

HORA: 10:20 Nº: 0.47.1

DATA: 26/05

ORADOR: Peniel Pacheco.

que, quando se trata da indústria, não podemos de deixar de lembrar da FIBRA, Federação das Indústrias de Brasília, que, pela sua contribuição ao desenvolvimento do País, no mês de junho, deverá comemorar o sistema "Fibra, completando 21 anos de existência".

Sra. Presidente, nós todos sabemos que Brasília precisa, urgentemente, equacionar os problemas do desemprego. A solução para esse problema, sem dúvida, é permitir que haja mais investimento, mais industrialização, enfim, oportunidade para que se acredite no País e que se faça, por assim dizer, deste País um grande canteiro industrial, para que tenhamos condições de suprir as necessidades de ocupação da mão-de-obra ociosa.

Sra. Presidente, finalizaria, ao fazer esse registro, meritório ao Sia da Indústria, aos Industriais de Brasília, a aqueles que se empenham nesse campo, também ao comércio, especificamente ao Dr. Newton Egídio Rossi, com algumas considerações: Hoje, sinto-me feliz ao saber que a Bíblia está sendo lembrada neste plenário. Acredito que a proposição feita, para que pudesse permanecer aberta, tem exatamente esse objetivo: que esta sirva de alume, de direção, de norte, para cada um de nós.

Sra. Presidente, alegra-me que um candidato ao Senado da República lembre-se da Bíblia. Eu desejo que essa lembrança continue sempre. Quan-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA



TAQUI.: Riva

REVISOR: Stein

HORA: 10:20 Nº: 0.17.2

DATA: 26/05

ORADOR: Peniel Pacheco

do, no passado, quem sabe alguns, nas salas de aulas, nos comícios, nas ruas, defendiam o regime comunista, muitos defensores da Bíblia estavam sendo presos, estavam sendo lançados ~~na~~ Sibéria, estavam proibidos de serem cidadãos, tinham os seus filhos arrancados do seio de suas famílias, simplesmente porque liam a Bíblia. A Bíblia era um livro proibitivo nos países comunistas. Ninguém tinha o direito sequer de fazer leitura em público, como a citação foi mencionada hoje. Graças a Deus, estamos em um País que permite que a Bíblia seja citada e que permaneça aberta.

Portanto, Sra. Presidente, eu desejaria que isso acontecesse, como está acontecendo nas discrepâncias entre leste e oeste, a abertura. Que nos também estejamos abertos a esse livro, mas não de forma casuística, ou de forma oportunística, ou, quem sabe, considerando apenas, oportunisticamente, a chance de atingir esta ou aquela pessoa, ~~mas~~ vamos fazer desse livro o nosso livro maior, aquele livro de cabeceira, aquele livro que pode nortear os desejos de nosso coração, porque a própria Bíblia diz: "Diz o insensato, no seu coração: Não há Deus."

Muito obrigado, Sra. Presidente.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

31

TAQUI.: Riva REVISOR: Stein HORA: 10:20 Nº: 0.17.3
DATA: 26/05 ORADOR: Pres Rose Mary Miranda

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o
Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e público presente, não só os jornais de hoje, como também os companheiros que me antecederam, abordaram a questão da pessoa e do Governo Roriz. Gostaria de dizer, como Deputado membro do PP, que o nosso partido está absolutamente tranqüilo, até porque o destino material da CPI do Congresso Nacional seria encaminhado à Procuradoria-Geral da República que, por extensão, deveria dar um destino a esse, pedindo informações ao Superior Tribunal de Justiça. Nesse sentido, a população do Distrito Federal entende que hoje há uma campanha nacional de Presidente da República até a Deputado Estadual. Evidentemente que, nesses próximos 120 dias, haverá ^{petardos} dentro da campanha que se desenvolve. →

S/FRAN



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

32

TAQUI.: FRAN REVISOR: STEIN HORA: 10h258 Nº: 0 - 18/1
DATA: 26/05/94 ORADOR: Deputado Gilson Araújo

de forma a macular pessoas! que trabalham. Acredito que há necessidade de todos nos respeitarmos porque o Governador Joaquim Roriz tem uma bandeira, tem um trabalho prestado em todo o Distrito Federal, vem dando soluções àqueles problemas que afetaram todas as classes sociais de Brasília, em todos os campos.

Durante trinta anos, no Distrito Federal, passaram muitos governos, e muitos problemas ficaram pendentes, principalmente a questão da moradia, a do transporte. S. Exa., num gigantesco esforço, vem procurando dar soluções a essas questões através da construção do metrô, através do oferecimento de moradia para a classe baixa e para a classe média, através de uma preocupação permanente no setor de educação de saúde.

Sabemos que o Distrito Federal tem uma arrecadação em torno de trinta e três por cento. O Governador Joaquim Roriz vem desenvolvendo, no setor da microempresa, um esforço gigantesco para que muitas microempresas se consolidem e multipliquem o número de empregos aqui no Distrito Federal.

Agora, nós temos que nos preocupar conosco, porque, estamos em ano eleitoral e, nestes três anos, a Câmara Distrital deixou muito a desejar junto à população, mas deixou a desejar mesmo! Pode testar em todas as cidades-satélites que nós, políticos, estamos desgastados. E, se começarmos a trabalhar em cima de versões, transformarmos esta tribuna num palanque eleitoral, o que

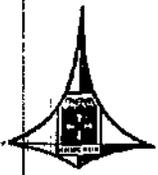


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

33

TAQUI.: FRAN REVISOR: STEIN HORA: 10h25' Nº: 0 - 18/2
DATA: 26/05/94 ORADOR: ~~DEPUTADO GILSON ARAÚJO~~

val acontecer ó que, no dia 1º de janeiro de 1995, novos componentes estarão to-
mando posse aqui, em lugar dos Deputados que aqui estão, até com uma certa experi-
ência. Não nego que a Câmara tenha trabalhado muito, até porque fomos os primeiros
a elaborar a Lei Orgânica do Distrito Federal e enfrentamos inúmeras situações.
Mas temos que mostrar resultados para a população que aí se encontra carente de
inúmeras soluções, como o desemprego no Distrito Federal. Cabe a nós, políticos,
nortear soluções em todo o Distrito Federal. Ao se preocupar com o Governador Jo-
aquim Roriz, um homem honesto, que tem trabalhado intensamente pelo Distrito
Federal, nós verificamos na História do Brasil e na História Mundial, que muitos
Líderes foram sacrificados. Temos Carlos Lacerda no Rio de Janeiro, Juscelino
Kubistchek e temos, agora, recentemente, a eleição de Mandela, que foi um exemplo
para o mundo; temos Kennedy que foi amplamente combatido e assassinado e, encerran-
do o círculo desses grandes líderes perseguidos, temos Jesus Cristo que foi sacri-
ficado. Neste sentido, todas aquelas pessoas que, no campo político, resolvem
trabalhar de forma pragmática, sem burocracia, mostrando soluções para os problemas
que afetam a sociedade, esses grandes homens são extremamente combatidos. Temos,
no Brasil, o próprio Juscelino Kubistchek. Estamos, como Deputados do PP, ao
lado do Governador, absolutamente tranquilos. Claro que essas versões vão render;
são versões. Queremos que a verdade, doa a quem doer, seja apurada, porque versões
são versões e o povo está cansado de discursos vazios. É um ano eleitoral de grande



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

34

TAQUI.: FRAN

REVISOR: STEIN

HORA: 10h25' No: 0 - 18/3

DATA: 26/05/94

ORADOR: Deputado Gilson Araújo

intensidade no Distrito Federal e esse tipo de discurso aventado aqui na Câmara Legislativa o povo já está cansado. Pode ir em qualquer cidade-satélite.

O Governador Joaquim Roriz sabe muito bem estabelecer a fronteira entre o interesse público e o interesse particular. S. Exa. é um homem público de grandeza nacional e local. É o nosso maior líder, neste momento, no Distrito Federal, pelas suas obras: mais de quinhentas, que a comunidade esperava. Cabe a nós, nesses próximos quatro anos, transformar o Distrito Federal numa ilha, onde tenhamos boa qualidade de vida no campo de transporte, educação e saúde.

Portanto, quanto a essas versões publicadas pela imprensa, o jornal está fazendo o seu papel e aceita tudo. A decorrência da CPI do orçamento, evidentemente, tem sido utilizada de forma que aquelas pessoas, candidatas a um cargo eletivo, usam, dando uma ótica que poderá confundir a opinião pública.

S/Sabá



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

35

TAQUI.: SABA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 10:30 Nº: 0.19.1

DATA:

26.05

ORADOR:

1 SÓ que aqui, no distrito Federal, aquele candidato que for para as cidades-satélites procurando fazer palanque eleitoral sem propostas, baseando-se em denúncias, verá que o povo está cansado. Eu diria a V.Exas. que há uma grande necessidade de nos respeitarmos. Eu, particularmente, que vou para a reeleição, vou desenvolver uma campanha sem ataques; vou desenvolver uma campanha com base em propostas de interesses cpletivos, dentro do meu perfil político de sempre defender as comunidades com resultados, porque de discurso o povo está cansado.

E o Governador Joaquim Roriz que sempre teve uma campanha política de forma limpa, ^{ética} e honesta, também ira para os palanques com respeito à sociedade, fazendo campanha sobre coisas concretas. Ele não precisa apresentar discurso porque tem obras e o povo confia nele. Acho que, se nós formos para a rua com prppostas de interesse da sociedade apresentarmos o que realizamos aqui, no dia primeiro de janeiro teremos novos componentes nesta Casa, Se nós não nos respeitarmos como Deputados, iremos exatamente contribuir para aumentar o desgaste desta Casa, e o desgaste dos Deputados que a compõem. Por isso, peço aos companheiros que nos respeitemos. Denúncia por denúncia, a verdade virá e daremos um atestado de honestidade, de competência e de respeito ao Governador Joaquim Roriz e a todas



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

36

TAQUI.: SABA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 10:30 Nº: 0.19.2

DATA:

26.05

ORADOR:

aqueles pessoas que estão sendo atacadas. Com versões não se ganha voto. O povo está cansado. Teste, vá às cidades-satélites e não entre lá com cuidado, para ver se não é atacado. Porque o povo cansou de ser enganado. Joaquim Roriz tem obras, Joaquim Roriz tem crédito e tem o povo ao lado dele, que reconhece o seu esforço. O povo não é bobo; o povo, ser enganado atualmente, é muito difícil.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda.) - Com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros assessores, membros da imprensa, ocupo esta tribuna para falar sobre a violência, que hoje detectamos e por inúmeras vezes já viemos à tribuna denunciar, dentro dos quartéis no Distrito Federal. Temos, inclusive, na Câmara Legislativa, uma comissão que apura denúncias de violência e irregularidades na Polícia Militar do distrito Federal. Peço ao Deputado Cláudio Monteiro, Presidente dessa Comissão, que convoque para depor a soldado Rosemary dos Santos Ferreira, que se encontra presa, na minha avaliação, por abuso de autoridade do Capitão Lemos Pita.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

37

TAQUI. : SABA REVISOR: ARNAUD HORA: 10 : 30 Nº: 0.19.3
DATA: V ORADOR:

A soldado Rosemary dos Santos Ferreira é mãe de três filhos menores, mora sozinha em Samambaia e, com muita dificuldade, cuida desses três filhos, um com 9 anos, outro com 12 anos e o outro tem 15 anos.

A punição que se dá a qualquer PM que se atrase ou falte é a prisão. Ou seja, o policial militar trabalha durante o dia e à noite apresenta-se no quartel, onde fica de castigo. Essa mulher ficou oito dias incomunicável, sem contato com a família, com os filhos, sem saber se as crianças estavam indo à escola, estavam se alimentando. Se houver irresponsabilidade por parte da soldado por atraso ou por ter faltado, no meu entender não é desta maneira que se irá corrigir essa irregularidade de conduta. Existem leis trabalhistas e



TAQUI.: GILWÂNIA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 10h35 Nº: 0/20.1

DATA: 26.5.94

ORADOR: Dep. ~~Lúcia Carvalho~~

acredito que a Polícia militar do Distrito Federal tem de respeitá-los. Qualquer trabalhador tem direito ao atraso até quinze minutos, além do direito de faltar, quando necessário, e apresentar justificativa para a falta.

Quero aqui questionar o abuso das autoridades da PM, que punem com prisão de até oito dias, quando um soldado -seja ele homem, seja mulher - falta ou se atrasa ao serviço. Foi por esse motivo que a soldado, cansada desse tipo de tratamento, desertou no dia 16 de maio, e no dia 17 telefonou para o seu chefe, Capitão Lemos Pita, que a orientou para se apresentar e entregar os seus objetos - uniformes, cassetes - no 4º BPM de Taguatinga, porque ela trabalhava no Batalhão Escolar, prestando serviços há vários anos sem qualquer tipo de problema na sua ficha, a não ser uma falta e alguns atrasos, por ser mãe e ter, muitas vezes, de responder por atribuições que só ela poderia cumprir.

O Capitão orientou a soldado para entregar os seus materiais e em seguida pediria baixa da sua atividade. Ao chegar ao 4º BPM e tentar solicitar o requerimento, ela foi agredida pelo Capitão Lemos Pita, que alegou dizendo: "A senhora não vai sair dessa maneira dos quadros da Polícia Militar." Em seguida, ela foi tomada por comoção e realmente agrediu o Capitão, eles se embolaram, brigaram, e ela foi entregue à Justiça Militar.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

39

TAQUI.: GIL REVISOR: ARNAUD HORA: 10h35 Nº: S0/20.2
DATA: 26.5.94 ORADOR: Dep. Lucía Carvalho

Fizemos uma visita à companheira na sexta-feira e verificamos que colocaram a mesma em um espaço pequeno, escuro, sem banheiro, durante dois dias, por essa atitude. A nossa visita fez, inclusive, com que ela fosse removida para outro aposento, o espaço em que o Comandante Vítola, da Polícia Militar, fica quando tem que pernoitar no quartel da Polícia Feminina - no final da W3 Sul. Então, ele a retirou do espaço em que estava há dois dias, no escuro, incomunicável - sem falar com ninguém nem com a família, sem saber dos filhos, machucada pela agressão que ela e o Capitão mutuamente se provocaram - para o espaço onde pelo menos há um banheiro.

Quero registrar que em todas as consultas que fiz - inclusive, Deputado Cláudio Monteiro, queremos que ela venha depor na Comissão que investiga as irregularidades, torturas e arbitrariedades dentro da Polícia Militar, e já que V. Exa. está aqui presente, quero reafirmar o pedido já formulado - todas as pessoas com quem conversei dentro da Polícia Militar disseram que foi extremamente arbitrária, autoritária a forma como essa soldado foi agredida e colocada como prisioneira. Esta Casa tem de aprovar uma moção de solidariedade para devolver a essa soldado o direito de responder esse inquérito em liberdade.

Solicito, pois, que esta Casa aprove hoje uma moção de solidariedade à PM Rosemary dos Santos Ferreira para que ela possa responder em



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

40

TAQUI.: GIL

REVISOR: ARNAUD

HORA: 10h35 Nº: 50/20.3

DATA : 26.5.94

ORADOR: Dep. Lúcia Carvalho

em liberdade por essa arbitrariedade cometida contra ela, seus filhos e sua família.

Estive, Sr. Presidente, em Samambaia, visitei os filhos da soldado e eles de fato estão assustados, chateados, e estariam abandonados, não fosse uma irmã ter-lhes dado assistência.

Quero aqui registrar que a Polícia militar não tem acompanhamento social para esse tipo de caso. Prende durante oito dias e não pergunta se aquela, pessoa pode ficar ali reclusa, se tem dependentes, se tem pessoas que necessitam da sua presença em casa.

É um abuso de autoridade esse tipo de Regimento da Polícia Militar. Mais do que nunca, ressaltamos a necessidade de mudarem as regras do Estatuto da Polícia Militar do Distrito Federal, que usa o Regimento do Exército e não tem



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

41

TAQUI. : CÉLIA REVISOR: ALZIRA HORA: 10:40 Nº: 0-21/1
DATA: 26/05 ORADOR: LÚCIA CARVALHO (Cont.)

regimento próprio para tratar de sua corporação, que há 12 anos tem em seus quadros mulheres e que não segue, não pratica os direitos que as mulheres têm em qualquer outra repartição pública. Faço mais uma vez essa denúncia e peço que esta câmara se solidarize com esse soldado, pedindo à Secretaria de Segurança Pública, aos Comandantes maiores da Polícia Militar, que permitam que ela possa cuidar de seus filhos, senão teremos três menores abandonados, que a própria Polícia vai retirar das ruas e vai agredi-los. Portanto, essa incoerência que acontece dentro dos quartéis precisa ser denunciada.

Quero trazer aqui mais uma denúncia, 10^{ta} por um membro da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas, a Jornalista Rosa. Ela se utilizou, na sexta-feira, às 20 horas, de um ônibus, que fazia o percurso Rodoviária - Via W Sul - Setor Leste do Gama, e ao chegar naquele local, 10 soldados, homens e mulheres da Polícia Militar, pararam o ônibus, fizeram com que descessem todos os homens e as mulheres foram revistadas. O que eles alegaram? Alegaram que era para proteger aqueles cidadãos que estavam voltando para a casa, às 21 horas e 45 minutos. Revistaram de for



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE; TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

42

TAQUI.: CÉLIA • REVISOR: ALZIRA HORA: 10:40 Nº: 0-21/2
DATA: 26 / 05 ORADOR: LÚCIA CARVALHO

ma indecorosa, segunda ela, passando a mão nas mãos de família, por todos os lados. Ela ainda lhes disse: - eu não tenho armas no meio de minhas pernas e nos meus seios. Ela se sentiu agredida, dizendo que nunca foi tao humilhada e que ao chegar em casa e olhar para seus filhos disse que tinha se atrasado, e que estava chorando porque havia sido agredida pela Polícia Militar.

Quero mostrar a vocês que uma violência tem gerado ou tra violência, que enquanto a Polícia Militar do Distrito Federal for tra tada como a nossa soldado Rosemary dos Santos Ferreira, a resposta que es sas possoas vão dar, é a agressão à comunidade. Isso, por desorientação, eu diria, dos Capitães, do Majores e dos Comandantes da Polícia Militar do Distrito Federal. Por uma orientação, que é necessário ser mudada den tro da Polícia Militar.

Eu gostaria de dizer que a verdade tarda mas não fa- lha. Estou, hoje, muito satisfeita como cidadã, porque o Ministério Públi co assume que todas aquelas denúncias que fizemos aqui devem ser investi gadas pela Polícia Federal. Quero dizer que os Deputados citados nesse re



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

43

TAQUI.: CÉLIA : REVISOR: ALZIRA HORA: 10:40 Nº: 0-21/3
DATA: 26/05 ORADOR: LÚCIA CARVALHO

latório, devem ser os primeiros a exigir que essas investigações sejam feitas e se esta Casa tiver que autorizar algum processo, que sejam esses 7 Deputados os primeiros a votar pela sua autorização.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Eu gostaria de lembrar aos Deputados que estamos a alguns dias sem deliberar sobre a nossa pauta. Acredito que, em parte, isso se deve ao grande número de oradores, ao adiantado da hora em que ficamos nos discursos. Por isso eu gostaria de pedir a compreensão dos nobres Pares para que se obedeça o tempo estipulado pelo Regimento, e possamos ter quorum para deliberar.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) -
Sra. Presidente, pela ordem.

Á SRA, PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra
o Deputado Cláudio Monteiro.

P SR, CLÁUDIO MONTEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) -
Sra. Presidente, entendendo a manifestação de V. Exa. , procurarei ser breve, gostaria de responder à Deputada Lúcia Carvalho que, reiteradas vezes, ci



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

44

TAQUIL.: CÉLIA REVISOR: ALZIRA HORA: 10:40 Nº: 0-21/4
DATA: 26/05 ORADOR: CLÁUDIO MONTEIRO

tou-me em seu pronunciamento.

O primeiro fato que dever ser analisado, com relação
as questões colocadas pela Deputada Lúcia Carvalho, é se a soldado está
presa e se ocorreu flagrante.

•A SRA. LÚCIA CARVALHO - Está, Deputado.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO - Então, vamos ter que provi-
denciar, de imediato, um advogado para ser arbitrada uma fiança, a fim de
que ela possa responder a esse crime, em liberdade, e, ai sim, teremos
condições de convocá-la para vir depor aqui.

A CPI tem chegado a pontos extremamente

S/ELIANE



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

45

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Alzira

HORA: 10h45 Nº: 0.22.1

DATA: 26.05,94

ORADOR: O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (Continuação)

concluído às 10.38hs.

interessantes, porque acreditava-se no Distrito Federal, que as agressões cometidas no âmbito da corporação estivessem voltadas especificamente e não somente aos homens, mas nós inauguramos, na semana passada, num depoimento prestado nesta Casa, um outro lado dos fatos: é que a discriminação e a agressão não tem sexo, é feita de forma geral a todas as pessoas e até não se leva em consideração a hierarquia, porque ela é cometida dos soldados até os oficiais. Isto está sendo apurado rigorosamente e esperamos, no relatório final, além da questão de apresentar os responsáveis por estes fatos, conduzir a um processo de mudança, a um esclarecimento à sociedade, *para* que possa orientar esta instituição, esta corporação a formar o homem da segurança pública, especificamente para a segurança pública. Não basta apenas ensinar esse servidor público a marchar, conhecer as patentes e *se* submeter às ordens dos seus superiores hierárquicos. *E* necessário que a instituição Policial Militar, que tem o papel constitucional de trabalhar *do* para a prevenção *do* crime, para evitar que o crime ocorra, tenha o conhecimento pleno de como agem as pessoas que vão praticar *esse* delito, e que ela não fique apenas na sua formação voltada para a questão militarizada.

Então,

Deputada Lúcia Carvalho, quero dar

a certeza a V.Exa. de que a pessoa será ouvida na Comissão Parlamentar de



TAQUI.: ELIANE

REVISOR: ALZIRA

HORA: 10:45 Nº: 0.22.2

DATA: 26.05.94 V

ORADOR:

Inquérito da Polícia Civil e que os esforços da Comissão tem sido adotadas no sentido de que possamos, em curto espaço de tempo, rever todos esses procedimentos, e conduzir essa instituição em favor da sociedade.

O SR. FERNANDO NAVES - Sra, Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra, Presidente, quero esclarecer, quanto ao caso ocorrido com a soldado Rosmary dos Santos Ferreira, que já no primeiro dia ela foi atendida pelos nossos advogados e foi dada toda assistência à mesma e que os filhos dela, por solicitação da mesma, foram conduzidos pelos nossos advogados à residência do pai dela.

A SRA. LÚCIA CARVALHO - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, o Deputado Fernando naves prestou uma informação que não é verdadeira, até porque não tenho motivos para dizer mentiras aqui.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

47

TAQUI.: ELIANE

REVISOR: ALZIRA

HORA: 10h45 Nº: 0.22.3

PATA: 26.05.94

ORADOR:

A informação que temos, inclusive ligamos agora para lá, e que a Soldada Rosemary ainda se encontra presa. Estamos tentando que ela seja solta, e seus filhos menores estão sendo cuidados por sua irmã. Domingo estivemos lá, e ontem, à tarde, quando lá estivemos para fazer nova visita, funcionários do gabinete do Deputado Fernando Naves estavam lá, espero que colaborando para que consigamos resolver o problema e que não venha aqui justificar as arbitrariedades que a Polícia Militar vem fazendo, porque, inclusive, o Capitão Vítor disse-me isso: não temos quem possa amparar os menores e tivemos a informação de que uma irmã dela estaria cuidando: não temos pessoal para fazer isso.

Agora, vem o Deputado Fernando Naves que, ao invés de cuidar disso, vem defender essas arbitrariedades da Polícia Militar? Perdoem-me, Srs. Deputados, mas isso é um desserviço à corporação.

O SR. FERNANDO NAVES - Sra. Presidente, fui citado e gostaria de usar o direito de resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a Deputada Lúcia Carvalho está muito nervosa, não sei por que, porque não teve a capacidade de pegar os filhos da soldado e dar-lhes assistência necessária? Os filhos estão na casa do pai da soldado sim. Nossos advogados



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

48

TAQUI.: ELIANE

REVISOR: ALZIRA

HORA: 10h45 Nº: 0.22.4

DATA: 26.05.94

ORADOR:

- foram lá e os apanhou; os advogados dela estavam lá na Companhia, mas sentados do lado de fora, aguardando, e nossos advogados foram lá, foram recebidos - não estou defendendo a Polícia não, estou defendendo a policial, a soldado - e a senhora, Deputada, não entende nada de leis e vem dizer que a soldado deveria estar solta! O caso dela não é caso de câmara Legislativa não, Sra. Deputada! A senhora tem é muita incompetência em analisar o que é de lei. O caso da soldado é um caso muito mais sério do que a senhora imagina; não uma simples câmara que vai resolvê-lo! É o caso de Lei Federal. O caso dela está inserido no Código Civil Militar, que é lei federal. Agora, a câmara vai mudar a Lei Federal?



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

49

TAQUI.: HERMIONE REVISOR: LIZETE-GERALDO HORA: 10:50 Nº-0:231
DATA: 26 .05.94 ORADOR: FERNANDO NAVES

Célio

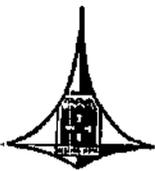
a Câmara Legislativa vai mudar a Lei Federal? (Pausa)

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Deputado
Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador) - Sra. Presiden-
ta, Sras. e Srs. Deputados, realmente, esse tipo de debate clarifica bem o que
é mudar de lado: quando se muda de lado, tem-se que enfrentar as contradições
da mudança.

Mas, Sra. Presidenta, quero falar sobre vários assuntos, - o primei-
ro deles, que protocolei, nesta Casa, hoje, moção de apoio aos servidores do
Serpro e da Dataprev, que se encontram em greve por melhores salários, em sua
base. E também externar meu apoio, minha solidariedade aos funcionários
das Universidades federais, em greve desde o dia 19 de abril, também buscando
isonomia salarial com os poderes Legislativo e Judiciário e, infelizmente, não
encontram, no Governo Federal, interlocutores capacitados para negociar, e o
que vemos é intransigência! e a postura de mau patrão do Governo Federal.

Mas, Sra. Presidente, eu não poderia deixar de analisar também as
denúncias feitas ao Superior Tribunal de Justiça, pelo Ministério Público Fede-
ral, a respeito das investigações que devem ser aprofundadas sobre atos do Se-
nhor Governador do Distrito Federal. Está muito claro o que efetivamente OCOR-
reu; o Senhor Governador do Distrito Federal, que, dizíamos ontem, teve como



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

50

TAQUI.: HERMIONE REVISOR: LIZETE (GERALDO) HORA: 10:50 Nº: 0:23.2

DATA: 26.04.94 ORADOR: GERALDO MAGELA

Célin

Secretário Particular pessoas envolvidas no esquema de corrupção e acusado de mandante de assassinato, tem, em seu Gabinete, hoje, pessoas do quilate da Sra. Marla, que agrediu, recentemente, Deputado do PT, hoje, esse mesmo Governador é denunciado ao superior tribunal de Justiça por atos de corrupção, de malversação de recursos públicos; e de improbidade administrativa; é este Governador que será julgado, acredito, pela Justiça, por esses atos de corrupção.

Já esperávamos que tal acontecesse e sabemos que, se a Justiça se pronunciar, não terá como absolver o acusado, já que não, ha nenhuma situação de defesa, porque as provas estão nos autos.

Agora, Sra. Presidente, quero abordar outra questão que está nos jornais de hoje: o alvoroço criado pro alguns candidatos a Presidente da República, pelo fato de Lula haver subido a um carro de som do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, para participar de ato público convocado por aquele Sindicato. É engraçado a Justiça estar preocupada e alguns Parlamentares e candidatos também, com esse fato, mas não perguntam pelos vôos que o Sr. Fernando Henrique Cardoso faz "nas asas dos aviões da Bamerindus"; esquecem de perguntar se não seria crime eleitoral receber benesses de banqueiros, como o Sr. José Eduardo, Presidente do Grupo e Banco Bamerindus; ou não conseguem explicar e ver se há crime, inclusive eleitoral, nas falcatruas do Sr. Paulo Maluf com a Pau Brasil, ou as denúncias feitas pelo Ministério Público



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

51

TAQUI.: YÉDA REVISOR: LIZETE HORA: 10:55 Nº: 0:24.1
DATA: 26.05.94 ORADOR: ~~GERALDO MAGELA~~

Célio

contra o Sr. Orestes Quércia, nas irregularidades de licitação de material importado do Estado de Israel; preocupam-se; Sra. Presidenta, com Lula subir em um caminhão de som - e, aí, eu traria isso para a nossa questão local: daqui a pouco, vão impedir que o Deputado Pedro Celso suba em um caminhão do Sindicato dos Rodoviários, Sindicato do qual é dirigente, e, numa assembléia da sua categoria, estaria proibido de tal ato; ou o Deputado Chico Vigilante, por exemplo, estaria proibido de subir ao carro de som do Sindicato dos Vigilantes, quando a sua categoria está em campanha salarial e em greve. Daqui a pouco, nós estaremos proibidos de falar em canais de rádio ou de televisão! Ora, isso nada mais é do que um tratamento hipócrita para a questão.

O Vicentin, ontem, deu uma resposta que serve para essa questão:

"Estão todos os candidatos a Presidente da República convidados a subir ao pianque, ou no carro de som do Sindicato, a porta da Ford, da Mercedes, da Auto latina!" Queremos ver o Sr. Espiridião Amim subindo àquele caminhão; queremos ver o Sr. Fernando Henrique ^{subindo} àquele caminhão e explicando o arrocho salarial e os aumentos de preços provocados, um por ele, outro pelo Sr. Abílio Diniz - aliás, um dos seus apoiadores! Queremos ver também o Sr. Orestes Quércia subindo àquele caminhão!

Estão com esse desespero, primeiro, porque não conseguem alcançar o companheiro Lula nas pesquisas; depois, porque não teriam coragem de subir a



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

52

TAQUI.: YÊDA REVISOR: LIZETE HORA: 10:55 Nº. 0:24.1
DATA: 26.05.94 ORADOR: ~~Geraldo Magela~~

Célio

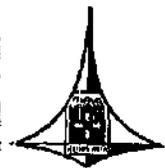
estes caminhões para enfrentar os trabalhadores. O Sr. Espiridião -Amin esteve na Ceilandia, nesses dias, e não foi reconhecido. Nós lhe faremos um convite para comparecer a uma assembléia do Sindicato dos Vigilantes e, lá, defender seu programa!

O que não existe, Sra. Presidenta, concludo, é coragem de enfrentar, não através dos canais de televisão, onde o que há à frente é câmara, mas, nas ruas, o eleitorado. Isso Lula nunca temeu, nem o Partido dos Trabalhadores! Uma coisa é desobedecer às leis, agora, as leis não dizem que não se pode subir em caminhão de som; diz, sim, que não se podem usar recurso dinheiro do Sindicato.

Debate feito com candidatos à Presidência da República, em caminhão de som, não é usar recursos, dinheiro de Sindicato!

Sra. Presidente, estive, ontem, falando em duas assembléias de trabalhadores, com carros de som dos Sindicatos, e não vou deixar de fazê-lo; mas gostaria que muitos dos Deputados, aqui, inclusive os que apoiam o Governo, fossem a essas assembléias para ver a reação dos trabalhadores com aqueles que apoiam as falcatruas do Governador Joaquim Roriz!

Temos coragem de enfrentar de frente os trabalhadores e não nos omitimos, através das câmeras de televisão; por isso, o companheiro Lula tem razão - não desrespeitaremos as leis, mas elas têm que começar punindo os corruptos, como



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

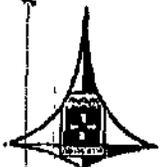
53

TAQUI.: YEDA REVI.SOR: LIZETE HORA:10:55 Nº:0:24.2a
DATA: 26.05.94 ORADOR: GERALDO MAGELA

Célio

Fernando Collor de Mello, Orestes Quércia e Paulo Maluf, e se tiverem de impedir de subir em carro de som, que impeçam o uso dos jatinhos da Bamerindus pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Muito Obrigado!



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

54

TAQUI. : VDA

REVISOR: LIZETE

HORA: 10h55m Nº: 0.24.3

DATA: 26.05.94

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Não havendo mais nenhum orador inscrito, passaremos à

ORDEM DO DIA

Solicito à Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, proceda à leitura do 1º item.

(A Sra. 1ª Secretária, deputada Lúcia Carvalho, procede a

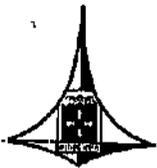
leitura do seguinte:)

ITEM Nº 01

Apreciação do Veto Total ao Projeto de Lei nº 1280, de 1994, de autoria do Dep, Manoel de Andrade, que **"Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura contra furto ou roubo de automóveis, nos estacionamentos dos Shopping Centers, Supermercados, Lojas de Depart. e empresas que operam estacionamentos, com número de vagas superior a trinta (30) veículos e dá outras providências"**.

Relator da CCJ ; Fernando Naves

s/Lúcia



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

55

TAQUI.: LÚCIA REVISOR: CLARICE HORA: 11:00 Nº: 0-25/1
DATA: 26/05/94 ORADOR: ~~PRES. ROSE MARY MIRANDA~~

A SR^a PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Depu
tado Fernando Naves, para emitir parecer.

O SR. FERNANDO NAVES (PP. ^{Profere} ~~Para profere~~) o seguinte parecer:)

Srª Presidente,

RELATÓRIO DO VETO TOTAL IMPOSTO PELO EXMO. SENHOR GOVERNADOR
AO PROJETO DE I-EL Nº 1280/94.

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura de seguro contra furto ou roubo de automóveis nos estabelecimentos dos Shopping Centers, Supermercados, lojas de Departamentos e empresas que operam estacionamentos com número de vagas superior a (30) trinta veículos e dá outras providências.

AUTOR: Deputado MANOEL DE ANDRADE

RELATOR: Deputado FERNANDO NAVES

 Chega-nos para apreciação através de mensagem nº 105/94 do Excelentíssimo Senhor Governador, o veto total ao projeto de Lei nº 1280/94 de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Manoel de Andrade.

Nos motivos do Veto, esclarece o Exmo Senhor Governador, que o projeto ao dispor sobre a cobertura de seguro contra danos, furto ou roubo de automóveis, fere dispositivos de nossa Constituição Federal. O art. 22 da Carta Magna estabelece que compete privativamente à União legislar sobre política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.

Dispõe ao final que, além de ferir dispositivos constitucionais, invade o campo do direito civil no que tange à responsabilidade civil, e do processo civil.

Q

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

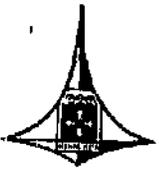
C o relatório nos termos do artigo 18D
do Regimento Interno desta casa.

Sala das Comissões,

26

de maio de 1994.

Deputado FERNANDO NAVES - PP
Relator



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

58

TAQUI.: LÚCIA REVISOR: CLARICE HORA: 11:00 Nº: 0-25/4
DATA: 26/05/94 ORADOR: PRES. ROSE MARY MIRANDA

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados que votarem "sim" estarão ^{man-} ~~apro-~~

^{tendo} ~~vendo~~ o veto do Sr. Governador ao Projeto de Lei nº 1280/94; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ^{3º} a Srª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, que proceda à chamada dos Srs. Deputados, para a votação secreta.

(Procede-se à chamada.) . > .

SEQUE LARA.



TAQUI.: LARA

REVISOR: CLARICE

HORA: 11:05 N^{fi}=0/26.1

DATA: 26.05.94

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE(Rose Mary Miranda) - Votaram 14 Deputados.

Foram encontradas 14 sobrecartas.

(Procede-se à apuração.)

O veto foi mantido com 4 votos "sim", 6 votos "não" e 4 abstenções.

Solicito à Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, que proceda à leitura do próximo item da Ordem do Dia.

(A Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, procede à leitura do seguinte:)

"Item nº 02

Discussão e votação da Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 034, de 1993, que "Susta a Portaria nº 36 de 29 de dezembro de 1992 que fixa logradouros vedados à realização de comícios, assembléias ou outras manifestações no Distrito Federal".

Autor: Dep. Lúcia Carvalho

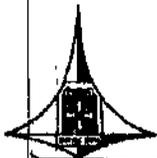
Relator: Dep. Geraldo Magela - CCJ

Dep. Agnelo Queiroz - CDDHC

OBS: i Pareceres favoráveis da CCJ e CDDHC"

A SRA. PRESIDENTE(Rose Mary Miranda) - Solicito à Sra, 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, que proceda à leitura da redação final.

(A Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, procede à leitura do seguinte:)



REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 034/93

Susta a portaria nº 36 de 29 de dezembro de 1992, que "Fixa logradouros vedados à realização de comícios, assembléias ou outras manifestações no Distrito Federal".

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º - Fica *sustada* a portaria nº 36 de 29 de dezembro de 1992, da Secretaria de Segurança Pública.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se* as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1994.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

61

TAQUI.: LARA

REVISOR: CLARICE

HORA: 11:05 Nº: 0/26.3

DATA: 26.05.94

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação.

Em votação.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com a redação final permaneçam como estão. (Pausa.)

Está aprovada.

Solicito à Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, que proceda à leitura do próximo item da Ordem do Dia.

(A Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, procede à leitura do seguinte:)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

(2)

TAQUI .: LARA

REVISOR: CLARICE

HORA: 11:05 Nº: 0/26.4

DATA : 26.05.94

ORADOR:

"ITEM 03

Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do Projeto de Lei nº 439, de 1992, que "Dispõe sobre a Administração de Unidades de Conservação e demais áreas ambientais protegidas no Distrito Federal por Organizações Civis Ambientalistas não-governamentais e dá outras providências".

Autor: Dep. Carlos Alberto

Relator: Dep. Manoel de Andrade - CCJ

Dep. José Ornellas - CEOF

Dep. Salviano Guimarães - CAS

OBS : Foi apresentada pela CCJ, uma emenda à Emenda do Projeto .

Pareceres favoráveis da CCJ, CEOF e CAS.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação.

Em votação.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; em 2º turno, os Srs. Deputados que votarem "não" estarão rejeitando-

Solicito à Sra. Mãe Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

(Procede-se à chamada.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

63

TAQUI. : Sulamita 1 REVISOR: Ney HORA: 11h10 Nº: 0-27/1
DATA: 26/05 ORADOR:

1 A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - O projeto não pode ser aprovado por falta de quorum, ^Aproveitamos a ocasião e apelamos aos ^{Srs.} Deputados que estão na Casa para que compareçam ao Plenário para que possamos deliberar a Ordem do Dia.

Enquanto aguardamos, solicito à Sra. Secretária que faça a leitura do Expediente que está sobre a mesa.

(A Sra. Secretária, Deputada ^tLúcia Carvalho, procede à leitura do seguinte:)



SUA/NEY

11 Q. 10

LIDO EM
20.05.94

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(64)

24/2

MOÇÃO Nº /94

(Oa Deputada Lúcia Carvalho)

Sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal reivindicando ao Secretário de Segurança Pública do Distrito **Federal** que a Soldado **Rosemary** dos Santos Ferreira responda ao processo disciplinar em liberdade.

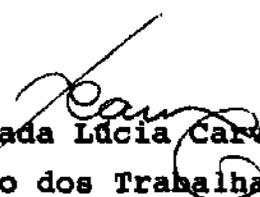
Nosj termos do Art. 109 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, proponho a aprovação da seguinte Moção: !

"A **Câmara Legislativa** do Distrito **Federal** se manifesta, através dai presente Moção, reivindicando do **Secretário** de Segurança **Pública** que seja concedido o direito ã Soldado **Rosemary** dos Santos **Ferreira**, de responder, em liberdade, o inquérito **con**tra ela instaurado."

JUSTIFICAÇÃO

A soldado Rosemary dos Santos Ferreira é mãe de 02 filhos, que **ficaram** sozinhos ã **própria** sorte, desde dua prisão, há 15 dias. i

Sala das **Sessões**, de de 1994


Deputada **Lúcia Carvalho**
Partido dos **Trabalhadores**



Brasília, de maio de 1994

Senhor Secretário,

A Câmara Legislativa do Distrito Federal se manifesta, através da presente Moção, reivindicando do Secretário de Segurança Pública que seja concedido à Soldado Rosemary dos Santos Ferreira, de responder, em liberdade, o inquérito contra ela instaurado.

Atenciosamente,

Deputado Benício Tavares
Presidente da Câmara Legislativa do
Distrito Federal

Exmo. Sr. i
Rubem Augusto Taveira
Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal
Brasília-DF

(66)

27/11

INDICAÇÃO: _____ /94

AUTOR: DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE

PARTIDO: Partido Progressista - PP

ASSUNTO: SMgere a construção de uma unidade para instalação de um posto policial em Taguatinga Sul na Vila Dimas.

Senhor Presidente,

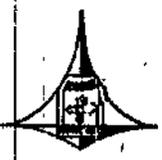
Respalado pelo art. 105 do Regimento Interno dessa Augusta Casa de Leis, proponho a V. Exã. que seja encaminhada a presente SUGESTÃO, ao Senhor Governador do Distrito Federal, no sentido de promover, através do órgão competente, a construção de uma unidade para instalação de um posto policial em Taguatinga Sul na Vila Dimas.

JUSTIFICACÃO

A população residente em Vila Dimas, principalmente os comerciantes, vêm fazendo inúmeras reclamações quanto a falta de policiamento e os constantes assaltos registrados naquela área, 015 quais têm aumentado de forma vertiginosa, principalmente depois da criação de novos assentamentos nas imediações.

A situação é tão grave que vem levando pânico àquela ordeira comunidade de trabalhadores que não tem aonde solicitar socorro policial imediato, visto que a delegacia que atende a área está sobrecarregada, não tendo atendido em tempo hábil a vários chamados.

9



Cabe salientar, que a presente Indicação foi contemplada pela atual Lei Orçamentária, garantindo, assim, os recursos necessários à realização da obra.

Diante do exposto, e com a necessidade urgentíssima de se otimizar esforços para sanar a questão, espero poder contar com o indispensável apoio dos nobres pares, aprovando a presente Indicação, que certamente terá, por parte do Senhor Governador, a acolhida necessária que o caso requer»

Sala das Sessões, em Brasília, em de de 1.994.

DEF. MANOEL DE ANDRADE

WF/svps

INDICAÇÃO: _____/94

AUTOR S DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE

PARTIDOS Partido Progressista - PP

ASSUNTO: Ampliação do estacionamento Junto ao Hospital Santa Marta em Taguatinga Sul

Senhor Presidente,

Com embasamento no art. 105 do Regimento Interno desta Egrégia Casa de Leis, requiero o envio de **SUGESTÃO** ao Senhor Governador, no sentido de promover, através da Administração Regional de Taguatinga, a ampliação do estacionamento junto ao Hospital Santa Marta, situado a QSE 11, Área Especial Nº 01 no Setor Sul.

J U S T I F I C A Ç ã s

A população que se utiliza dos serviços do Hospital Santa Marta tem feito inúmeras reclamações em respeito do único estacionamento existente naquela área, o qual se encontra totalmente congestionado.

Os usuários têm estacionado irregularmente, ficando sujeitos a multas, provocando tumulto no trânsito e por vezes, causando batidas, bem e como, acidentando pessoas que transitam pelas proximidades.

Cabe salientar que existe área disponível para ampliação do estacionamento, bastando para tanto obras de pequeno vulto.



Diante do exposto, esp & roobter < los nobres pares, o apoio necessário, á Justa e urgente reivindicação daquela comunidade, aprovando a Indicação em tela.

Sala das Sessões, da Comissão de Constituição e Justiça, em Brasília, em de de 1.994.


Dep. MANOEL DE ANDRADE

WF/maa



70

JVS

INDICAÇÃO: _____/94

AUTOR: DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE

PARTIDOS Partido Progressista - PP

ASSUNTO: Construção de passarela na via de acesso ao Aeroporto
Internacional de Brasília.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 105 do Regimento Interno desta Egrégia Casa de Leis, requiro o envio de SUGESTÃO ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, no sentido de promover, através da Secretaria de Obras, a construção de passarela para passagem de pedestres na via de acesso ao Aeroporto Internacional de Brasília.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo a construção de uma passarela para passagem de pedestres, na via de acesso ao Aeroporto Internacional de Brasília, para atender aos trabalhadores daquela localidade, haja vista, às dificuldades enfrentadas por aqueles pedestres, ao atravessar as duas pistas daquela via em horário de grande fluxo de veículos, tornando a travessia bastante perigosa, com riscos de acidentes constantes.

Face ao exposto, espero contar com a indispensável apoio dos nobres pares aprovando a Indicação em pauta, atendendo à justa reivindicação daqueles trabalhadores, que certamente receberá toda a atenção do Senhor Governador.



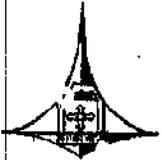
71 24/5

Vale lembrar que «x referida proposição consta na Lei
Orçamentária do Distrito Federal para o ano de 1994.»

Bala das Sessões em Brasília, em de de 1.994.

Manoel de Andrade
DEP - MANOEL DE ANDRADE

MA/svps



72

27/10

INDICAÇÃO: _____ /94

AUTOR: DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE

PARTIDO: Partido Progressista - PP

ASSUNTO: Sugere a construção de uma passarela sobre as vias de acesso ao Assentamento da Telebrasília, no Riacho Fundo.

Senhor Presidente,

Amparado pelo artigo 105 do Regimento Interno dessa Egrégia Casa de Leis, requero a V. Exã., o encaminhamento de SUGESTÃO ao Senhor Governador do Distrito Federal, para através da Secretaria de Obras, providenciar a construção de uma passarela para pedestres sobre as vias de acesso ao Assentamento da Telebrasília, no Riacho Fundo.

J U S T I F I C A Ç Ã O

O trânsito no Distrito Federal tem vitimado inúmeras pessoas, classificando-o como um dos mais perigosos do país.

A sugestão que agora se faz, vem de encontro à necessidade de contribuir para a redução de tais acidentes, propiciando uma maior segurança aos trabalhadores e estudantes que perfazem aquele trajeto diariamente.

A



A construção da Passarela servÁ de grandtfvalia, viBto que as pistas de acesso ao AssentamKnto, são de trânsito intenso e de alta periculosi(iade, principalmente nos horários de "rusch" »

Diante do expostor e com a necessidade urgentíssima de se otimizar esforços para «variar VA questão, espero contar com o apoio dos nobres pares; aprovando a presente Indicação, a qual inclusive já consta da Lei Orçamentária do GDF para 1.994.

Sala das Sessões, em Brasília, em de de 1.994.


DEP. MANOEL DE ANDRADE

74

27/12

INDICAÇÃO _____/94

AUTOR: DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE

PARTIDO: Partido Progressista - PP

ASSUNTOS: Construção de viaduto sobre a pista de interligação de Taguatinga/QL/Samambaia.

Senhor Presidente,

Amparado pelo artigo 105 do Regimento Interno dessa Augusta Casa de Leis, proponho a V. Exã. o encaminhamento de SUGESTÃO ao Senhor Governador do Distrito Federal, para através da Secretaria de Obras, providenciar a construção de um viaduto sobre a pista de interligação de Taguatinga/QL/Samambaia.

JUSTIFICAÇÃO

A Pista de interligação de Taguatinga/QL/Samambaia, concentra um trânsito intenso em um cruzamento bastante perigoso que vem vitimando inúmeras pessoas, através de sérios, e as vezes, irreparáveis acidentes.

A construção do viaduto sempre foi uma aspiração dos moradores e aquelas satélites que têm sofrido muito com o tráfego no cruzamento principalmente nos horários de rush. Tanto assim, que a pedido desta mesma população, este parlamentar garantiu, na Lei Orçamentária do DF, os recursos orçamentários necessários à construção do viaduto.

A proposição em tela, além do inegável conforto, Proporcionará aos motoristas maiores condições de segurança e de trafegabilidade, evitando acidentes e a perda de tempo durante o trajeto.

Diante do exposto, espero obter dos nobres pares, o apoio necessário, à justa e urgente reivindicação daquela comunidade, aprovando a indicação em pauta, que certamente, receberá por parte do Senhor Governador, o tratamento especial que a casa merece.

Sala das Sessões, em Brasília, em de de 1.994.


DEP. MANOEL DE ANDRADE

76

27/14

REQUERIMENTO 194

Requer auditoria, através do próprio órgão de economia interna, no setor de reprografia na Câmara Legislativa do DF

Senhor Presidente,

Os **deputados distritais** abaixo subscritos, com base no art. 107, inciso III do **Regimento Interno** da CLDF, **requerem** que o **Sr. Presidente**, ouvida a **Mesa**, determine uma auditoria ou inspeção no Setor de Reprografia na Câmara Legislativa do DF, a contar de novembro de 93 até o final do mês de abril, perfazendo o total de 6 meses, devendo para isso, ser utilizado os serviços de fiscalização e controle da própria Casa.

JUSTIFICATIVA

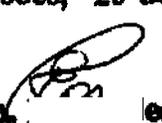
Dias atrás, este Legislativo foi surpreendido em várias acusações de mau uso de setores internos de gráfica e reprografia. Recentemente, cresceram boatos de mal uso dos serviços de xerox.

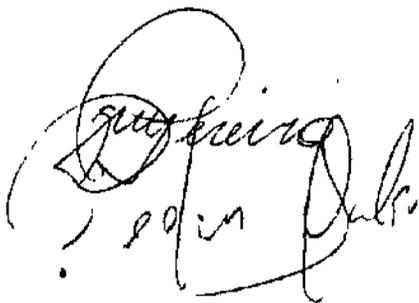
Urge, portanto, que este Legislativo tome providência a fim de esclarecer à opinião pública e aos membros desta Casa sobre o andamento e utilização de setores de economia interna. Por isso, se faz necessária uma auditoria, ampla e total, envolvendo a descrição detalhada de todos os serviços prestados pelo setor de reprografia no período indicado.

Somente diante dos resultados desta auditoria é que se poderá concluir se há desvirtuamento de funções, ou mesmo desrespeito por parte dos parlamentares e funcionários em relação às normas de funcionamento do xerox estabelecidos em conjunto por este Legislativo.

Outrossim, uma auditoria se justifica para responder à sociedade, que é soberana no controle e fiscalização dos gastos públicos, se efetivamente os serviços de reprografia, estão sendo utilizados para o bem coletivo e atuação parlamentar.

Sala das Sessões, 25 de abril de 1994

Dep.  Carlos Camargo
Líder do PT



MOÇÃO No
(Do Deputado Geraldo Magela)

Solicita à Câmara Legislativa do Distrito Federal encaminhar à Federação Nacional dos Trabalhadores em Processamento de Dados manifestação de apoio e solidariedade às suas reivindicações de reposição salarial e melhores condições de vida e trabalho.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 109, do Regimento Interno desta Casa, solicito à Câmara Legislativa do Distrito Federal, aprovação desta moção de apoio e solidariedade às reivindicações de reposição salarial e melhores condições de vida e trabalho para os trabalhadores em processamento de dados de Brasília e do país.

Justificação

Os trabalhadores em processamento de Dados do SERPRO e DATAPREV encontram-se em greve desde o dia 18 de maio do corrente ano reivindicando a reposição das perdas salariais, agravadas com a implantação do novo plano econômico, e também a manutenção das cláusulas sociais dos acordos coletivos anteriores.

A greve paralisou os serviços de processamento do Imposto de Renda, do Sistema Orçamentário e Financeiro da UniSao, INCRA, RAIS, pagamento de aposentados e pensionistas, arrecadação previdenciária, dentre outros.

Os trabalhadores em processamento de dados, funcionários altamente qualificados, vêm tendo seus salários defasados pelos inúmeros "planos de ajuste da economia" que além de não reduzir a inflação, achatam os salários e reduzem o poder de compra dos assalariados, como estamos observando agora com a aplicação do plano FHC.

É importante ressaltar que apesar os esforços dos representantes da FENADADOS, as direções do SERPRO e DATAPREV não avançaram nas negociações, limitando-se a conceder o que dita a famigerada medida provisória.

Assim sendo, pela justeza deste legítimo movimento, solicitamos a Câmara Legislativa do Distrito Federal a aprovação desta moção que visa solidarizar-se com os trabalhadores em processamento de dados e sua luta por melhores salários e condições de vida e trabalho mais dignas.

Brasília, 25 de maio de 1994.

Geraldo Magela
GERALDO MAGELA
Deputado Distrital
Partido dos Trabalhadores

Excelentíssimo Sr. Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Processamento de Dados

A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou moção de apoio aos trabalhadores em processamento de Dados do SERPRO e DATAPREV encontram-se em greve desde o dia 18 de maio do corrente ano reivindicando a reposição das perdas salariais, agravadas com a implantação do novo plano econômico, e: também a manutenção das cláusulas sociais dos acordos coletivos anteriores.

A greve paralisou os serviços de processamento do Imposto de Renda, do Sistema Orçamentário e Financeiro da União, INCRAR RAIS, pagamento de aposentado e pensionistas, arrecadação previdenciária, dentre outros.

Os trabalhadores em processamento de dados, funcionários altamente qualificados, vêm tendo seus salários defasados pelos inúmeros "planos de ajuste da economia" que além de não reduzir a inflação, achatam os salários e reduzem o poder de compra dos assalariados, como estamos observando agora com a aplicação do plano FHC.

É importante ressaltar que apesar os esforços dos representantes da FENADADOS, as direções do SERPRO e DATAPREV não avançaram nas negociações, limitando-se a conceder o que dita a famigerada medida provisória.

Assim sendo, pela justiça deste legítimo movimento, os deputados distritais solidarizam-se com as reivindicações dos trabalhadores em processamento de dados-

MOÇÃO Nº , DE 1994
(Do Sr. Wasny de Roure)

Sugere a manifestação da
Câmara Legislativa hipotecando
solidariedade à organização da
"Caminhada contra as Drogas."

Senhor Presidente:

Com base no artigo 109 do Regimento Interno desta Casa propomos a manifestação de apoio da Câmara Legislativa do Distrito Federal à organização da "Caminhada contra as Drogas" realizada em 25 de maio de 1994, na Península Norte.

JUSTIFICAÇÃO

O envolvimento de jovens com drogas é um dos grandes males da nossa sociedade. Por isso, consideramos de maior relevância atos como esse que, através da educação, procuram mostrar aos jovens os inconvenientes que causam a utilização de drogas.

Dai a nossa sugestão para a manifestação de solidariedade desta Casa ao evento.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1994.



Deputado WASNY DE ROURE
Partido dos Trabalhadores

Brasília, de maio de 1994

AO GRUPO PERMANENTE DE COMBATE ÀS DROGAS

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL vem, por iniciativa do deputado distrital Wasny de Roure, manifestar sua solidariedade à organização da "Caminhada Contra as Drogas", realizada dia 22 de maio, na Península Norte.

O envolvimento dos jovens com drogas é um dos maiores males dos quais sofre nossa sociedade.

Por isso, consideramos da maior relevância atos como esse que, através da educação, procuram esclarecer nossa juventude sobre os inconvenientes causados pelo consumo de drogas e, dessa forma, evitar tanto sofrimento, não só aos possíveis viciados, mas também às suas famílias.

Que esse ato sirva de exemplo e outros sejam feitos por todo o Distrito Federal.

Deputado **BENÍCIO TAVARES**
Presidente da Câmara Legislativa
do Distrito Federal.



REQUERIMENTO Nº 194

(Do Deputado GERALDO MAGELA)

Senhor Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

Em conformidade com o disposto no art. 22, inciso VII, combinado com o art. 46, do Regimento Interno desta Casa, solicito que a Comissão programe diligências no Setor Sudoeste, para examinar o arruamento das obras de infra-estrutura naquela área.

Para que a diligência possa permitir uma real avaliação da situação, proponho que seja realizada uma visita da Comissão ao local e a realização de audiência pública com os moradores e as construtoras com empreendimentos no Setor Sudoeste.

JUSTIFICAÇÃO

O Setor Sudoeste vem passando por graves dificuldades em função da falta de infraestrutura.

Depois de mais de quatro anos de sua criação, muitas unidades habitacionais já ficaram prontas e diversas famílias passaram a ali residir.

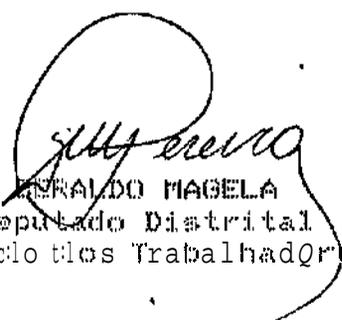
No entanto, ainda não foi pavimentado, ou sequer definido o arruamento, dificultando o acesso às residências e ao comércio.

Outro problema que tem afligido os moradores é a falta de rede de águas pluviais causadoras de grandes transtornos nos períodos de chuva. Em função da ausência da rede, por ocasião das enchentes, o tráfego no Sudoeste e na pista do Setor Gráfico fica impossibilitado.

Também devemos ressaltar a falta de segurança, de transporte coletivo e iluminação pública.

Tendo em vista toda esta situação de abandono em que se encontra o Setor Sudoeste, cabe à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças verificar como estão sendo otimizados os recursos orçamentários destinados à implantação da infra-estrutura. Ressaltamos que, ao licitar as projeções, o Governo do Distrito Federal arrecadou vultosa receita e se comprometeu em dotar o Sudoeste de toda a infra-estrutura, sem no entanto cumprir a sua promessa e conduzindo os trabalhos de infra-estrutura de forma totalmente irresponsável, de maneira a penalizar todos os moradores desta área.

Brasília, em


GERALDO MAGELA
Deputado Distrital
Partido dos Trabalhadores

REQUERIMENTO Nº /94.

Autor : Deputado Padre Jonas
Partido : PP - Partido Progressista

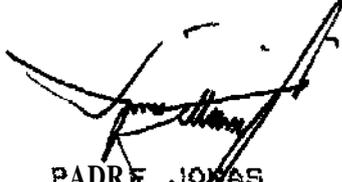
Excelentíssimo Senhor,
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Nos termos do Regimento Interno desta Casa, solicitamos **tramitação URGENTE**, neste Poder Legislativo, do Projeto de Lei nº 1377/94, que "Dispõe sobre a Criação do Quadro de Despachantes Públicos no Distrito Federal e dá outras providências."

J U S T I F I C A T I V A

A Proposição atende um universo em torno de seiscentos (600) Despachantes Públicos, atualmente, prometendo, desde efetivo, triplicar para o próximo ano, razões que nos levam a apresentar este requerimento.

Sala das Sessões, de maio de 1994.


PADRE JONAS
Deputado Distrital-PP

(12) lida

(5) lida

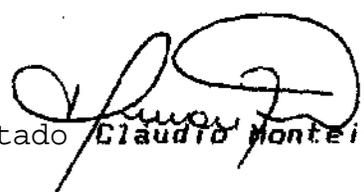
MOÇÃO

Reiví«dica à diretoria da EMBRATUR providências sobre o reenquadramento dos servidores do órgão no Distrito Federal.

Nos termos do artigo 109, do seu Regimento Interno, a Câmara Legislativa do Distrito Federal reivindica à diretoria da EMBRATUR, providências no sentido de promover o reenquadramento dos servidores do órgão lotados no Distrito Federal.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1994.


Deputado Agnelo Queiroz


Deputado Claudio Monteiro

JUSTIFICATIVA

Há um ano os servidores da EMBRATUR reivindicam a revisão do reenquadramento. Não há, até a presente data, resposta alguma ao pedido dos servidores. A Comissão criada para analisar os critérios e promover a revisão solicitada, até hoje nada resolveu. Enquanto isso, 130 servidores lotados em flrasi'1/a esperam alguma providência da EMBRATUR, criticando o favorecimento, o paternalismo e a pessoalidade existentes em algumas decisões isoladas.

Em reunião no último dia 12 de abril com a participação dos sindicalistas do SINDSEP-DF, a direção da EMBRATUR conheceu de perto as reivindicações dos servidores.

A Constituição Federal e a Lei 8.112 já delimitam o direito de petição aos órgãos públicos, estabelecendo a Lei 8.112, inclusive, prazos para despachar o requerimento e dar solução ao problema.

Tratando-se de questões que dizem respeito ao Distrito Federal, não poder/a a Câmara Legislativa demitir-se de suas tarefas institucionais e regimentais.

Por isso, manifesta a presente **MOÇÃO** solicitando providências à EMBRATUR, objetivando assegurar o reenquadramento dos servidores daquele órgão público federal.


Deputado Agnelo Queiroz

Deputado Cláudio Monteiro

86

24/23

Brasília, 24 de maio de 1994.

Excelentíssimo Senhor
Presidente da EMBRATUR
N E S T A

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do seu Regimento Interno e por iniciativa dos ilustres Deputados Agnelo Queiroz e Cláudio Monteiro, manifesta na presente MOÇÃO pedido de providências no sentido de promover o reenquadramento dos servidores da EMBRATUR lotados no Distrito Federal.

Atenciosamente,

Deputado Benício Tavares
Presidente

**PARTIDO DO TRABALHADORES
GABINETE DA LIDERANÇA**

REQUERIMENTO Nº 194

Requer ao Tribunal de Contas do DF, cópias referentes às fls 332 a 403 do Processo nº 2982/85.

Nos **termos** do art. 107 do Regimento **Interno** da CLDF, requer-se **cópias** xerográficas das fls. 332 a 403 do Processo nº 2982/85 do **Corpo de Bombeiros** do DF.

JUSTIFICATIVA

As cópias **requeridas** dizem **respeito** ao mérito da condenação de vários militares: do DF, na ocasião de grave desvio de verbas públicas.

Desta **forma**, o pedido se justifica para **viabilizar** maior **fiscalização** dos **órgãos prestadores** de **serviços** no DF e para **conhecer-se** o conteúdo **total abrangido pela** condenação.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1994


Dep. Eurípedes Camargo
Líder do PT

REQUERIMENTO

Requeiro à Mesa, nos termos do artigo 107, Inciso I, do Regimento Interno, solicitação à SAB das seguintes informações:

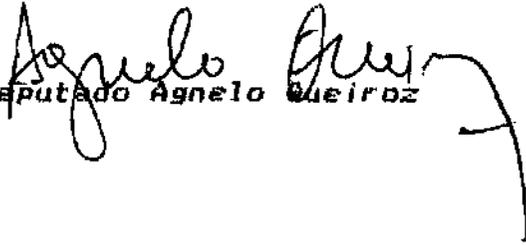
1- **Qual a situação financeira atual da Empresa?**

2- **Qual a montante da dívida da SAB com os seus credores? quais os principais credores e a dívida com cada um deles?**

3- **Qual o montante do crédito da SAB e os seus principais devedores?**

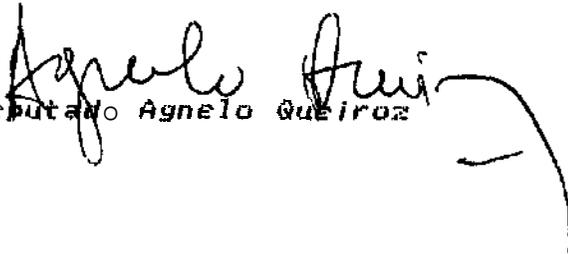
4- **Quais os bens imóveis da SAB e a destinação de cada um?**

Sala das Sessões, 26 de maio de 1994.


Deputado Agnelo Queiroz

A Câmara Legislativa, por força constitucional, precisa conhecer as informações foa's/cas das empresas públicas do Distrito Federal para exercer a fiscalização que a Lei Orgânica determina.

Em face das informações públicas do atual presidente da SAB, os motivos do presente Requerimento se fazem absolutamente relevantes.


Deputado Agnelo Queiroz

LIDO EM
26.05.94

88

27/26

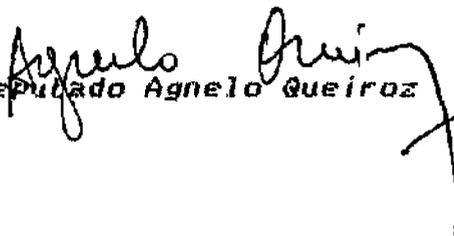
REQUERIMENTO Nº

...fe*?ueiro à Mesa, nos termos do Artigo 107, Inciso I, do Regimento Interno, solicitação à Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB, cópia integral dos seguintes processos:

1- 075000086/94

2- 0750004/94

Sala das Sessões, 26 de maio de 1994.

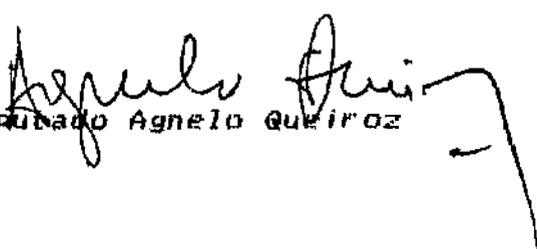

Deputado Agnelo Queiroz

JUSTIFICATIVA

EM matéria jornalística do último d/a 24 de maio, no jornal Correio Brasiliense, o Presidente da SAB, Nilson Martorelli afirma que a SAB fica "deslocada" no próximo quadro econômico a ser criado com o Real.

Diz mais, que o compromisso social já foi cumprido e a realidade, hoje, é que o mercado já é bem assistido pelo setor privado.

Considerando, ainda, a contratação de empresas e a Universidade de São Paulo para informatização e modernização administrativa da SAB, compete à Câmara Legislativa conhecer os processos de contratação dessas empresas, uma vez que a SAB pertence ao patrimônio público do Distrito Federal, sujeito ao controle e fiscalização do Poder Legislativo.


Deputado Agnelo Queiroz



Sule. Nay JHS

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

0/27.27.

LIDO EM 26.05.94

GABINETE DEPUTADO AROLDO SATAKE

89

**MOCÇÃO NO 194
(DO DEPUTADO AROLDO SATAKE)**

REIVINDICA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA A PRORROGAÇÃO, POR PRAZO INDETERMINADO, DAS ATUAIS CÉDULAS DE IDENTIDADE DOS ESTRANGEIROS PORTADORES DE VISTO PERMANENTE.

Sr. Presidente,

Nos termos do Art.º 109 do Regimento Interno, sugerimos a manifestação desta Câmara Legislativa do Distrito Federal, no sentido de reivindicar à Presidência da República que determine ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça a adoção (de medidas com vistas a) prorrogar, por tempo indeterminado, a validade das atuais cédulas de identidade dos estrangeiros portadores de visto permanente.

JUSTIFICATIVA

A Portaria nº 559, de 07 de novembro de 1986, instituiu modelo único de cédula de identidade para estrangeiros. Os estrangeiros portadores de **visto permanente**, cujas cédulas de identidade foram emitidas até o dia 31 de dezembro de 1990, tiveram a validade prorrogada por quatro anos conforme a Portaria nº 19, de 18 de janeiro de 1991.

Ocorre que estes vistos prorrogados pela Portaria nº 19 vão vencer ao final deste ano de 1994. Assim para facilitar a vida destes estrangeiros que fizeram raízes no País, justo seria que o Senhor Ministro do Estado da Justiça prorrogasse por prazo indeterminado as atuais cédulas de identidade dos estrangeiros portadores de **visto permanente**, racionalizando-se assim tempo e recursos públicos para emissão de novas carteiras.

Sala das Sessões,

26/5/94
Arolde Satake

Deputado AROLDO SATAKE



MENSAGEM Nº

194.

Senhor Presidente,

Nos termos do Resimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, estamos encaminhando à consideração de Vossa Excelência, a **MOÇÃO Nº 194**, em anexo, a qual aprovada pelo Plenário desta Assembléia, reivindica providências dessa Presidência, no sentido de que sejet determinado ao Senhor Ministro de Estado dst Justiça, a prorrogação por tempo indeterminado, das atuais Carteiras de Identidade dos estrangeiros com **visto permanente**.

As Carteiras de Identidade para estrangeiros com visto permanente, foram instituídas pela Portaria nº 559 de 17 de novembro de 1986, vêm sendo renovadas a cada quatro anos.

Dado que esses estrangeiros com visto permanente já fincaram raízes no Brasil, a medida certamente possibilitaria a racionalização de tempo e de recursos públicos dos órgãos competentes.

Deputado **BENÍCIO TAVARES**
Presidente

Sule - Nay

JJWS

0/27.29

LIDO EM
26.05.94

(93)

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

OF GP No. 482/194

Girassol, 20 de maio de 1994

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, cópia do inteiro teor da Decisão IV^a 2163/94, aprovada por este Tribunal na Sessão Ordinária realizada a 12 do mês em curso, quando apreciou o Processo nº 1307/94, que trata do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Distrito Federal - exercício de 1993.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de alta estima e consideração.

MARLI VINHADELI
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado BENÍCIO TAVARES
DD. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

NESTA
./jobps

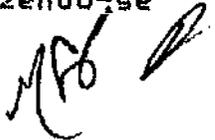
De ordem,
encaminhe-se a Jussara
de - Plenária para leitura
e, em seguida, a CEC
para as providências
pertinentes em 25/5/94
Marta Elena Beretta
Chefe do Gabinete
Substituta

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DAS 8E88E8****SE88XO ORDINÁRIA No. 2992, de 12.05.94****PROCESSO Nº: 1307/94****APENSO(S) Nº(S):****RELATORA Conselheiro JOEL FERREIRA DA SILVA****ORIGEM DE ORIGEM: 5ª Inspeção de Controle Externo (225-9)****ASSUNTO: Contas do Governo do Distrito Federal (2960-4)**

EMENTA: Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1993. Juntou-se aos autos a Informação nº 04/94, mediante a qual a 5ª Inspeção de Controle Externo dá ciência de que foram juntados ao processo vários documentos.

DECISÃO No. 2163/94

O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) informar à Câmara Legislativa do Distrito Federal que: a) em decorrência da Decisão nº 1692/94, cuja cópia foi a ela encaminhada via do Ofício GP nº 351/94, a Secretaria de Fazenda e Planejamento remeteu ao Tribunal o Balanço consolidado do Complexo Administrativo do Distrito Federal, Anexo VI das Contas do Governo do Distrito Federal - exercício de 1993; b) não foram elaboradas, porém, as demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos e de Lucros ou Prejuízos Acumulados da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda - SHIS; c) o parágrafo 3º do Art. 138 do Regimento Interno desta Corte, aprovado pela Resolução nº 38/90, determina que, não recebidos os documentos até a data fixada (In casu 06.05.94), o relatório e o parecer prévio serão elaborados com os dados disponíveis, fazendo-se



observação sobre o fato à Câmara Legislativa; 2) devolver estes autos à 5ª Inspeção.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1994.



ROBERTO PARENTONI MARTINS
Secretário das Sessões



MARLI VINHADELI
Presidente

(94)

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

OF GP No. 515 /94

Brasília, 24 de maio de 1994

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, cópia do int«firo teor da Oecisão nº 2399/94, aprovada por este Tribunal na Sessão Ordinária realizada a 24.05.94, quando apreciou o Processo nº 1307/94.

2- Cabe-me, assim, solicitar de Vossa Excelência se diene determinar as prQvidências necessárt«xs ao cumPrimento dessa decisão.

Aproveito a oportuniade Para reiterar a Vossa Excelência meus protestos (Je alta estima e consideração.

Marli Vinhadeli
MARLI VINHADELI
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado BENÍCIO TAVARES
DD. Presiúente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

N E 8 T A

/105.

De ordem,
a Assessoria de Pleuá
rio para leitura
e, em seguida, a
CEO para as pro
duções cabíveis.
Em 25/05/94

M. Mazon
Marta Regina Peretia
Chefe de Gabinete
Substituta

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA No. 2995, de 24.05.94

PROCESSO Nº: 1307/94

APENSO(S) Nº(s):

RELATOR: Conselheiro JOEL FERREIRA DA SILVA.

ORIGEM: 5a, INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO

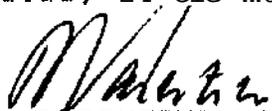
ASSUNTO: CONTAS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (2960-4)

EMENTA Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993.

DECISÃO No. 2399 /94

O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da informação técnica de fls. 117/8; b) considerando o disposto no artigo 3º da Lei nº 297/92, de 28 de Julho de 1992 e tendo em vista colher subsídios para a elaboração do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Distrito Federal de 1993, solicitar à Câmara Legislativa do Distrito Federal que, dentro da brevidade que o caso requer, informe: 1 - o quociente utilizado para a atualização das receitas e das despesas do projeto de lei orçamentária para o exercício de 1993 e a respectiva planilha de cálculo; 2 - a data em que aprovou o aludido fator de atualização; c) devolver estes autos à 5ª ICE.

Sala das Sessões, 24 de maio de 1994.


ROBERTO PARENTONI MARTINS
Secretário das Sessões


MARLI VINHADELI
Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

OF GP No. 487 /94

Brasília, 23 de maio de 1994

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, cópia do inteiro teor da Decisão nº 1855/94, aprovada por este Tribunal na Sessão Ordinária realizada a 28.04.94, quando apreciou o Processo nº 0450/94, de interesse dessa Casa.

2. Cabe-me, assim, solicitar de Vossa Excelência se digne determinar as providências necessárias ao cumprimento dessa decisão.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de alta estima e consideração.

MARLI VINHADELI
Presidente
19/20/26

A Sua Excelência o Senhor
Deputado BENÍCIO TAVARES
DD. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

N E S T A
./jobps

De ordem, Plenário
a Assessoria de Planejamento
para leitura e, em seguida,
para o GOV para
as providências pertinentes.
Em 25/5/94
Marta Célia Pereira
Chefe de Gabinete
Substituta

0127.35
97

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA No. 2988, de 28.04.94

PROCESSO Nº: 0450/94

APENSO(S) Nº(S):

RELATOR: Conselheiro RONALDO COSTA COUTO

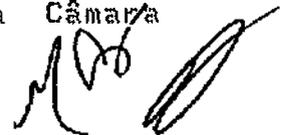
ÓRGÃO DE ORIGEMs Câmara Legislativa do Distrito Federal
(103-3)

ASSUNTO: Denúncia (3560-3)

EMENTAS Ofício nº 002/94-GAB/1a. SEC, mediante o qual a Deputada LÚCIA CARVALHO, 1a. Secretária da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em face de notícia veiculada pela imprensa local a respeito do pagamento de "horas-extras" naquela Casa, encaminha sucinto Relatório sobre a matéria, acompanhado de farta documentação e solicita à Corte apuração do fato.

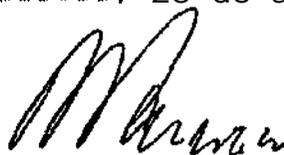
DECISÃO No. 1855/94

O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) suscitar **incontinenti** da Câmara Legislativa do Distrito Federal ser necessária a instauração da tomada de contas especial, visando à apuração dos fatos ora noticiados, vez que há indícios de prejuízos ao erário distrital, a par das demais medidas objetivando a recomposição do patrimônio público consoantes os artigos 152 a 158 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução 38/90; b) aguardar, da Câmara

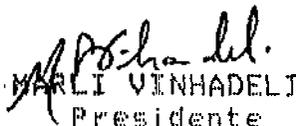


Legislativa do Distrito Federal, a conclusão das apurações no prazo regimental e o encaminhamento da tomada de contas especial, que se cogita, para a devida análise.

Sala das Sessões, 28 de abril de 1994.



ROBERTO PARENTONI MARTINS
Secretário das Sessões



MARLI VINHADELI
Presidente

REQUERIMENTO Nº 194

REQUER inclusão em Ordem do Dia do PL nº 201/91 que "cria o Parque Ecológico e Recreativo Juscelino Kubitschek", Autorias dos Deputados JOSÉ EDMAR CORDEIRO e MAURILTO SILVA.

Senhor Presidente

Com fulcro no Inciso XV do Art. 106 do Regimento Interno, desta Casa, REQUEREMOS a Vossa Excelência que o PL Nº 201/91, acima ementado, seja incluído na Ordem do Dia, da Sessão Solene, do dia 27 de Maio de 1994, em comemoração ao aniversário de Taguatinga, que será realizada no auditório da Administração Regional daquela Satélite.

JUSTIFICAÇÃO

O PL 201/91, ao criar o Parque Ecológico e Recreativo Juscelino Kubitschek, atinge três objetivos de suma importância para Taguatinga e Localidades adjacentes:

1. Propicia a recuperação e preservação do ecossistema na sua área de abrangência.
2. Permite o aproveitamento de suas instalações para o lazer e pesquisa pela população, principalmente estudantes e cientistas, face a exuberância de sua biota; e
3. Presta uma significativa homenagem de Taguatinga ao Fundador de Brasília - Presidente

Juscelino Kubitschek de Oliveira em reconhecimento aos méritos do nosso Grande Estadista.

No ano passado, na Sessão Solene do 359 Aniversário de Taguatinga, a Câmara Legislativa, através da maioria dos Ilustres Deputados, publicamente, prometeu à população daquela Cidade Satélite a viabilização do presente projeto de Lei.

Neste 369 Aniversário de Taguatinga, e última Sessão Solene desta Legislatura, seria importante para a imagem desta Casa, a aprovação do PL 201/91, dado que, a matéria é de grande alcance social e ecológico para aquela população.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1994.

Deputado Distrital JOSÉ ROMÃO CORDEIRO

Deputado Distrital MAURÍCIO SILVA



CÂMARA LEGISUTIVA DO DISTRITO FEDERAL

DIVISÃO DE **TAQUIGRAFIA** E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

101

T AQUI.

Sula

REVISOR: Ney

HORA: 11h15 Nº: 0/27.43

DATA:

26.05.94

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose ~~M~~ary Miranda) - É lida e aprovada a seguin-

te ata:

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO
AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E
SUMULA**

ATA SUCINTA

**61ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 25 DE
MAIO DE 1994**

**- 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 1ª
LEGISLATURA -**

PRESENCIA - Deputados Rose Mary Miranda,
Cláudio Monteiro e Geraldo Magela.

SECRETARIA - Deputados Manoel de Andrade e
Cláudio Monteiro.

LOCAL - Plenário da Câmara Legislativa do Distrito
Federal.

ABERTURA a 9 horas e 38 minutos.

ENCERRAMENTO a 9 horas e 50 minutos.

**REGISTRO DE PRESENCAS NA
SESSÃO**

Deputado Agnelo Queiroz	(PC do B)	presente
Deputado Aroldo Satake	(PP)	presente
Deputado Carlos Alberto	(PPEB)	ausente
Deputado Cláudio Monteiro	(PPS)	presente
Deputado Edimar Pireneus	(PP)	presente
Deputado Eurípedes Camargo	(PT)	presente
Deputado Fernando Naves	(PP)	presente
Deputado Geraldo Magela	(PT)	presente
Deputado (Silson Araújo)	(PP)	presente
Deputado Padre Jonas	(PP)	Presente
Deputado Jorge Cauhy	(PP)	ausente
Deputado José Edmar	(PSDB)	ausente
Deputado José Ornellas	(PI...)	ausente
Deputada Lúcia Carvalho	(PT)	ausente
Deputado Manôel de Andrade	(PP)	presente
Deputada Marin de Lourdes	(PSDB)	ausente
Deputado Maurílio Silva	(PP)	presente
Deputado Pedro Celso	(PT)	ausente
Deputado Peniel Pacheco	(PTB)	ausente
Deputada Rose Mary Miranda	(PP)	presente
Deputado Salviano Guimarães	(PSDB)	ausente
Deputado Tadeu Roriz	(PP)	ausente
Deputado Wasny de Roure	(PT)	presente
Deputado Benfício Tavares	(PP)	ausente

PAUTA

I - PEQUENO EXPEDIENTE

I.1 - COMUNICADOS DA MESA

- Projeto de Lei, de autoria da Deputada Wasmu de Roura, que "Dispõe sobre a aplicação dos recursos arrecadados, mediante cobrança de ingressos no Jardim Botânico e no Jardim Zoológico de Brasília, e dá outras providências".

- Mensagem nº 134/94, do Sr. Governador do Distrito Federal, que comunica sanção ao Projeto de Lei nº 981/93, que "Fixa os limites da Região Administrativa de São Sebastião - RA XIV".

- Mensagem nº 133/94, do Sr. Governador do Distrito Federal, que comunica sanção ao Projeto de Lei Complementar nº 001/43, que "Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências".

- Requerimento, de autoria do Deputado José Ornellas e outros, que "Solicita a revogação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1372/94".

- Requerimento, de autoria do Deputado Geraldo Magela, que "Solicita que, na primeira sessão extraordinária a ser convocada, seja incluído na pauta o Projeto de Lei nº 1.287/94, que autoriza o Governo do Distrito Federal, através da Companhia Energética de Brasília - CEB, a fornecer energia elétrica para as unidades habitacionais que indica, e dá outras providências".

I.2 - COMUNICADO DE LÍDER

DEPUTADO GERALDO MAGELA, em nome da Bancada da PT.

- Registro de ato de desagravo ao Deputado Eurípedes Camargo, a realizar-se hoje, às 17 horas e 30 minutos, no bairro da Telebrasília.

- Registro de participação da Bancada do Partido dos Trabalhadores - PT, na manifestação dos funcionários da EMBRAPA, em 11/11, na Esplanada dos Ministérios.

... Discorrer sobre os aumentos abusivos dos Preços e o arrocho salarial em decorrência do plano Econômico do governo.

XX — ORDEM DO DIA

ITEM 1 — Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1280/94, de autoria do Deputado Manoel de Andrade, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura para furto ou roubo de automóveis nos estacionamentos dos shoppings centers, supermercados, lojas de departamentos e empresas que operam estacionamentos com número de vagas superior a trinta (30) veículos, e dá outras providências". DISCUTIDO.
NÃO HOUE QUORUM PARA VOTAÇÃO

III — ENCERRAMENTO

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do Art. 95 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 019, de 17/06/91, lavrei a presente Ata.



Primeiro(a) Secretário(a)



CÂMARA LEGISUTIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

(105)

TAQUIL.:

Denise

REVISOR: Ney

HORA: 11h15 Nº: 0/28.L

DATA:

26.05.94

ORADOR:

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, solicito seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Solicito à Sra. Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

(Procede-se à chamada.)

S/riva



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

106

TAQUI.:

REVISOR: Stein

HORA: 11:20 Nº: 0.29.1

DATA: 26/05

ORADOR:

Peniel

Pacheco

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Não há quorum para de-
liberação. Encontram-se presentes 12 Deputados.

Encerra-se a Ordem do Dia.

Passemos ao

GRANDE EXPEDIENTE

Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejei inscrever-me no Grande Expediente,

porque é o momento em que o orador pode ser aparteado. Eu desejaria abordar

um assunto, ^{a respeito do qual,} considero extremamente - importante uma reflexão nesta
^{uma vez!} Casa, que somos uma Casa de lei.

Muito se fala em justiça neste País das injustiças. A jus-
tiça tem ganh^A contornos extremamente pessoais em muitos casos. Algumas
vezes, o conceito de justiça depende muito mais de quem fala em justiça do
que aquilo que a própria justiça diz. NÓS ficamos surpresos quando alguma
pessoa, para atender os seus interesses pessoais, usa do expediente da con-
veniência, buscando justificar os seus atos através de explicações que nem
sempre são justificáveis.

'> Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fiquei surpreso
ao ler, nos jornais, uma declaração no mínimo, inusitada. Pensei que tives-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DF, TAQUIGRAFIA

107

TAQUI.: Riva

REVISOR: Stein

HORA: 11:20 Nº: 029.2

DATA: 26/05

ORADOR: Peniel Pacheco

Vista
se sido de forma intempestiva, no momento em que o calor das discussões, dos debates, ou mesmo do discurso, da emoção, pudesse produzir uma daquelas frases fora de lugar e que levaria uma pessoa, ~~quem sabe~~, a refletir melhor e, quem sabe, até a ponderar aquilo que havia sido dito. Mas não foi o que aconteceu. Os próprios jornais informaram que se tratava de uma decisão milimetricamente calculada, segundo se diz, de que aquela declaração havia sido usada de propósito, as atitudes haviam sido tomadas de propósito, correndo um risco calculado.

Sra. Presidente, trata-se, obviamente, da declaração do candidato à Presidência da República, *digendo* ~~que disse~~ Luiz Inácio Lula da Silva, *o* que, por justiça, governa até fora da lei.

Gostaria de saber que tipo de justiça é essa! Seria a justiça das próprias mãos, termo muito comum entre as populações raivosas, que resolvem - como as cenas, tantas vezes mostradas nas televisões - fazer justiça contra delinquentes, marginais, assaltantes, produzindo uma verdadeira chacina, que é o que nós chamamos de linchamento. Essas pessoas dizem que estão fazendo justiça, entretanto, sem nenhum amparo na lei. Será que é essa a justiça que se defende para o nosso País!? A justiça de cada um!? A justiça do juízo próprio!? A justiça do eu acho!? A justiça que for mais



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

108

TAQUI.: Riva

REVISOR: Stein

HORA: 11:20 Nº: 0.009.3

DATA: 26/05

ORADOR: Peniel Pacheco.

conveniente!? NÓS vivemos em um País democrático ou em uma ditadura, em que cada um, dependendo do poder ~~de persuasão ou~~ de persuasão ou de coação, exerce a sua própria justiça. É esse tipo de País que queremos ^{levar} ~~levar~~ para os nossos filhos! Um País em que cada um tem, em suas próprias mãos, o direito de fazer o que entender melhor. É lamentável! ~~Nós~~ Estamos vivendo um período que considero um dos mais importantes da democracia brasileira. Quando o debate cívico, em torno de questões relevantes do nosso País, como, por exemplo, economia, injustiça social, corrupção e tantos outros temas que precisam ser →

S/FRAN



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

109

TAQUI.: FRAN REVISOR: STEIN HORA: 11:25 No: 0.30.1
DATA: 26.05 ORADOR: Deputado Perúéi Pacheco.

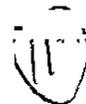
abordados, porque o Brasil precisa desse processo de decantação, para que a política possa ser redimida, resgatada até na sua conceituação perante a própria comunidade.

Acredito que declarações como essa podem botar tudo a perder, lançando por terra toda a esperança de vermos uma democracia consolidada, onde se respeitem as instituições. Ora, uma casa de leis deve propugnar pelo respeito às leis. É por isso que trago este debate à Casa. Quando alguém admite que pode governar fora da lei, significa que ele é maior do que a lei; significa que ele é mais importante que a lei? Significa que suas idéias são mais relevantes que a própria legislação que norteia a vida de cada cidadão, ou seja, um cidadão acima da lei? Talvez, por isso, não tenha acontecido a CPI da CUT no Congresso Nacional. A CUT está acima da lei? Quem sabe?

Acho lamentável e trago aqui esta consideração para que possamos ter o direito de nos indignar diante de afirmações e de atitudes dessa natureza. Eu não estou entrando no mérito quanto a subir num carro de som ser errado ou certo. Isso, para mim, é irrelevante, pois não é o carro de som em si. Acho que ele, que sempre viveu presente nos comícios, tem o direito de continuar presente. Não



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA



TAQUI.: FRAN

REVISOR: STEIN

HORA: 11:25 Nº: 0.30.2

DATA:

26.05.94

ORADOR:

Deputado Peniel Pacheco.

Não nego a ele esse direito. Mas, se há uma restrição legal, a primeira coisa que se espera de um supremo Mandatário da Nação é que ele respeite essas restrições, por menores que sejam. "Quem não for fiel no pouco não será fiel no muito" é um texto explanado na própria literatura bíblica.

O SR. WASNY DE ROURE - Deputado Peniel Pacheco, V.Exa. permite um aparte?

O SR. PENIEL PACHECO - Com muito prazer, ouço o aparte do nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sr. Deputado orador, naturalmente que a capacidade de desvirtuar uma informação é muito fértil em cada cabeça, porque cada uma expressa um posicionamento. A percepção que tenho da colocação do candidato pelo Partido dos Trabalhadores, neste momento, mais do que o próprio PT, mas uma ampla coligação ao redor da candidatura, é uma afirmação de que há referências, dentro da nossa legislação, que privilegia setores da sociedade e determinados segmentos, determinados elementos, na nossa sociedade. Não desconhecemos que a nossa própria legislação



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

(111)

TAQUI.: FRAN

REVISOR: STEIN

HORA: 11:25 Nº: 0.30.3

DATA:

26.05

ORADOR:

é eivada de vícios e

de privilégios a determinadas castas. É um processo histórico, longo. Entretanto, concordo com V.Exa., não é simplesmente pelo confronto da própria legislação que conseguiremos resgatar a cidadania do povo brasileiro. Entendo, na colocação do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, que ele pretende questionar, nas várias instân-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

112

TAQUI.: FRAN REVISOR: STEIN HORA: 11h25' No: 0 - 30/4
DATA: 26/05/94 ORADOR: DEPUTADO WASNY DE ROURE

cias brasileiras, rever as nossas legislações extremamente arcaicas que, além disso, privilegia determinados setores da nossa comunidade. Não vamos esquecer que o próprio programa do Sr. Fernando Henrique Cardoso privilegia o setor empresarial. Não seja visto que foi o primeiro setor que se posicionou favoravelmente a seu programa, ou nós desconhecemos isso? Quando um País convive com dois índices de inflação, uma em URV, a chamada inflação real, e a outra o cruzeiro, inflação nominal.

A minha percepção com relação a esta colocação é que a Justiça é maior do que a própria lei, porque o nobre Deputado sabe que exatamente os princípios legalistas. referência bíblica que V.Exa. utilizou, foi exatamente a essa legislação arcaica, que privilegia, que levou à condenação do Senhor do Universo.

Muito obrigado.

O SR. PENIEL PACHECO (PTB. Sem revisão do orador.) - Eu agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure e faria algumas observações, se o Deputado me permite, em torno das considerações feitas. Entendo e parablenizo V.Exa. pela disposição em procurar defender o candidato. Creio que V.Exa. está agindo com coerência. Seria de se estranhar se houvesse omissão e a fuga. Se V.Exa. se referiu a -

S3Sabá



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

113

TAQUI.: SABA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 11h30m Nº : SO/31 . 1

DATA: 26.05.94

ORADOR: DEPUTADO

~~leitura das declarações do Lula ou das atitudes como fruto da cabeça de alguém~~ ✓
sendo a minha cabeça, quero dizer que os jornais é que estão noticiando que dirigentes do PT revelaram que Lula desafiou a lei de propósito, correndo risco calculado - ou o jornalista está tirando isto da cabeça dele, ou os dirigentes do partido estão tirando isto da cabeça deles próprios. Quem falou sobre leis, aí os dirigentes do partido é que vão ter de esclarecer. Porque, pelo fato de haver uma proibição legal, por mais injusta que essa proibição seja, do ponto de vista dos privilégios, como V. Exa. atribuiu, tem de haver respeito. Senão, o que vai acontecer? As pessoas aí fora dizem: "João Alves roubou, então eu tenho direito de roubar também". Não pode haver privilégios, porque, se os políticos - como dizem por aí - roubam, temos de roubar também. É essa lei que queremos para nosso País? É essa igualdade que nós queremos? É igualdade do errado? O que o Deputado precisa compreender é que, ao defender o direito da maioria, privilégios, não será desrespeitando a lei que vamos assegurar esses privilégios. Ao contrário, vamos incentivar que haja cada dia mais uma busca pela justiça feita pelas próprias mãos. Cada um vai assegurar o que é melhor para si. É a nova "Lei de Gerson": se eu levar vantagem, tudo bem; desde que eu não leve vantagem, não há dificuldade.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Fernando Naves.



114

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: SABA REVISOR: ARNAUD HORA: 1h30m Nº: 50/312
DATA: 26.05.94 ORADOR: DEPUTADO FERNANDO NAVES

O SR. FERNANDO NAVES - Sr. Deputado Peniel Pacheco, vejo com muita satisfação V. Exa. fazendo comentários a respeito do candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Não é de estranhar, quando um candidato à Presidência da República faz uma "caravana da cidadania" dizendo que não está fazendo campanha, mas esta; quando um candidato à Presidência da República muda de discurso como muda de camisa, isto é, para os pobres diz uma coisa e, quando vai aos Estados Unidos, diz outra; quando observamos que ele sobe nos carros de som desafiando a lei diz que continuará fazendo isso. Ai ficamos a imaginar: será que a Justiça será tão rigorosa com ele como está sendo com outros? Ou será que vai passar a mão na cabeça, simplesmente porque é um candidato do PT? Será que isso vai acontecer? Não é dizer que a mente é fértil, como foi dito aqui pelo aparteante que me antecedeu, para mudar o entendimento das coisas. A mesma fertilidade que é usada por ele foi também pelo pessoal da CPI, quando tentou imputar a quem não tinha várias responsabilidades, até mesmo mudando principio elementar do Direito, fazendo com que o ônus da prova fosse de responsabilidade do acusado e não de quem acusou. Tudo isso já começou a demonstrar qual o tipo de Governo que nos querem impor. Isso que está nos jornais, Deputado Peniel, deixa claro para nós que é uma concepção, até mesmo uma visão de governo ditatorial. Só a ditadura impõe, do jeito que está escrito nessa manchete de jornal. Quando o candidato diz que é admirador de Hitler, de Mussoline e outros, vamos esperar dele o quê? Temos de esperar por



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

115

TAQUI.: SABA REVISOR: ARNAUD HORA: 11h30m Nº: 50/31.3
DATA: 26.05.94 ORADOR: DEPUTADO FERNANDO NAVES

isso que ele está querendo colocar. Agora, cabe a sociedade ficar de olhos abertos e bem atenta para saber o que virá pela frente, caso um cidadão desse ganhe a eleição para Presidente da República, pois ele não tem o mínimo preparo para governar o País. Muito obrigado pelo aparte concedido e prablenizo V. Exa. por ter tido a coragem de vir à tribuna tratar desse assunto.

O SR. PENIEL PACHECO - Muito obrigado, Deputado Fernando Naves, pela intervenção que enriquece este pronunciamento.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

116

TAQUI.: Gilwânia REVISOR: Arnaud HORA: 11:35 Nº: 0-32.01
DATA: 26.05.94 ORADOR: Deputado Peniel Pacheco

agf.

Até faria uma menção, Sra. Presidente, aproveitando a oportunidade: solicitei a V.Exa. que me cedesse por empréstimo o nosso clipping, a resenha noticiosa de hoje, segundo a qual o nosso amigo Parlamentar, Deputado Edimar Pireneus, está sendo acusado pelo PT, que deve entrar com uma representação contra S.Exa. por prática de crime eleitoral. É que, segundo essa matéria, um dos funcionários do seu Gabinete teria procurado ajudar uma pessoa que estava em situação econômica difícil - segundo informações que não posso confirmar nem negar -, ajudar no pagamento de umas contas que a pessoa tinha dificuldade de quitar. E aqui diz que ainda hoje o PT deverá entrar com uma representação contra o Deputado Distrital Edimar Pireneus, por prática de crime eleitoral.

Então, aqui é que vejo a lei da conveniência. Para Lula, pode; para o Deputado Edimar Pireneus, que é pequeno demais, não pode. Temos de acabar com essa idéia de justiça no País. Um candidato a Presidente da República, porque o cargo é mais elevado, pode cometer um crime eleitoral. E aí vem a ação na Justiça contra o Deputado Edimar Pireneus, porque talvez haja interesse do grupo político em denegrir a imagem do Parlamentar.

Sr. Deputado, o jornal está noticiando e estou falando com base nele. O jornal está informando muita coisa que se comenta aqui. Se. V.Exa.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

117

TAQUI.: Gilwânia REVISOR: Arnaud HORA: 11:35 Nº: 0-32.02
DATA: 26/05/94 ORADOR: Dep. Peniel Pacheco

agf.

quiser fazer uso de novo aparte, estarei aberto para ouvi-lo. Só não posso aceitar dois pesos e duas medidas. Temos de acabar com essa cultura no nosso País. Se a coisa é errada, tem que ser errada para todo mundo, não importa se é grande ou pequena. Se é certa, tem que ser certa para todo mundo.

O próprio Deputado, que me aparteou no primeiro momento, disse que Lula está contra as elites que têm privilégios, que usam esses privilégios. Quer dizer, se ele tivesse esses privilégios, então não seria contra. É esse o raciocínio? Se os privilégios forem para mim também, então não me insurjo. Ora, não pode ser assim. Precisamos de respeito à lei, defender com autoridade e com todo o nosso denodo aquilo que é função de uma Casa Legislativa e da própria Justiça no Brasil.

Ouçó com muita alegria o aparte do Deputado Padre Jonas, que anteriormente já me havia solicitado.

O SR. PADRE JONAS - Nobre Deputado Peniel Pacheco, quero parabenizá-lo pela esplanção serena, objetiva e de certa forma até alegre, porque desanuviada de qualquer preconceito. É muito importante para nós e para a Casa verificarmos que as pessoas traduzem as palavras que lhe vão no espírito de conciliador, de busca da verdadeira democracia. Porque sentimos que, na verdade, a democracia se consolida na medida em que dispõe de leis em fun-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

118

TAQUI.: Gilwânia

REVISOR: Arnaud

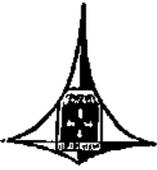
HORA: 11:35 Nº: 0-32.2-A

DATA: 26/05/94

ORADOR: Dep. Padre Jonas

agf.

ção da Justiça. A democracia, através da Justiça, busca a verdade, isto é, exatamente aquilo que V.Exa. disse. Quando se quer implantar uma lei a favor do interesse particular ou de grupos, ela é uma falácia - uma pseudolei - um engodo, não busca a verdade em função do social. Nesse sentido, quero relatar a V.Exa. que ontem tivemos a grata satisfação, o prazer maravilhoso, extraordinário, nós, Deputados do PP, de fazer uma reunião encabeçada não pelo candidato do Partido, mas da coligação, Senador Walmir Campeio Bezerra, quando S.Exa.



119

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: GILWANIA REVISOR: ARNAUD HORA: 11:35 Nº: 0-32.3

DATA: 26.05.94 ORADOR: DEPUTADO PADRE JONAS

fisou que a nossa campanha será nessa linha: desenvolver e devolver à comunidade

s/Cellia



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

120

TAQUIL. : CÉLIA REVISOR: ALZIRA HORA: 11h40 Nº: 0/33/1

DATA: 26/5/94

ORADOR:

o princípio vital da democracia que é a lei soberana da verdade, isto é, levar a verdade, transparente, através de nossas palavras, sem denegrir nenhuma pessoa, sem criticar infundadamente quem quer que seja. Quero parabenizar V.Exa. por nos ter dado, através de seu Partido, um candidato da coligação a favor da comunidade, portanto, a favor da verdade democrática, em função da solução social, com base na justiça que reina cada vez mais em nossa Capital.

O SR. PENIEL PACHECO (PTB) - Muito obrigado, Deputado Padre Jonas. Só não vou tecer comentários sobre seu aparte porque gostaria de ouvir, pela segunda vez, o Deputado Wasny de Roure, e o meu tempo já está se esvaindo.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Deputado Peniel Pacheco, é desnecessário dizer da inteligência de V.Exa. V.Exa. se utiliza do mesmo jornal em que o próprio Procurador-Geral da República desmente aquilo que a imprensa, ontem, notificou sobre a punidade à Lula. É bom esclarecer que Lula foi convidado pelas Lideranças Sindicais de São Bernardo, numa área que inclusive nem precisa fazer campanha eleitoral. Acho que precisamos utilizar o bom senso, ter a percepção da história. O próprio autor da lei eleitoral é muito claro. A lei é omissa com relação a convites. Eu acho até



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

(121)

TAQUI.: CÉLIA - REVISOR: ALZIRA HORA: 11h40 Nº: 0/33/2
DATA: 26/5/94 ORADOR: _____

que cabem críticas, Deputado, mas dentro de uma amplitude maior, tendo as duas leituras, porque acredito que o legislador tem que se conduzir na maior amplitude, a mais imparcial possível, porque o legislador tem que ter a percepção da legislação. Então, não se trata apenas de fazer a leitura conveniente, com determinada percepção da história. Acredito que ainda que tenhamos feito a leitura das duas faces da história, ainda assim poderemos estar cometendo algum equívoco. O que eu entendo, e gostaria de lembrar, com relação ao que eu disse, é que a legislação privilegia, é claro, porque quem fez a legislação eleitoral foi exatamente a grande elite, os representantes da elite brasileira, aqueles que são sustentados pelo dinheiro empresarial, pelo dinheiro dos latifúndios e etc. Isso ninguém desconhece. Ou desconhecemos que uma campanha eleitoral custa caro, dentro da história política brasileira? O que eu quis dizer é o seguinte: a legislação privilegiou o dinheiro empresarial para financiar, ou nós desconhecemos os argumentos dos que foram indiciados na CPI, dizendo das sobras do caixa, ou mesmo o Fernando Collor de Mello, que diz ter sobrado não sei quantos milhões de dólares e por isso pode utilizar na melhoria de sua casa?

Então, nessa questão precisamos, principalmente um legislador parlamentar precisa ter uma leitura a mais completa possível, ainda tendo



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

122

TAQUI.: CÉLIA

REVISOR: ALZIRA

HORA: 11h40 Nº: 0/33/3

DATA: 26/5/94

ORADOR:

a possibilidade de incorrer em algum equívoco, porque foi nesse sentido que fiz as minhas observações e minhas ponderações. Primeiro, o próprio autor da lei não acusa Lula de ter infringido a lei, pois foi um convite das Lideranças Sindicais a ele. Quem pode ser criticada são as lideranças Sindicais, e, em segundo lugar, o próprio Procurador Aristides Junqueira não afirmou o que ontem os jornais disseram. Mas, como a grande imprensa, hoje, faz campanha para Fernando Henrique Cardoso, naturalmente, todos os dias vai ter matéria de ataques a Lula. Hoje mesmo, ao chegar ao meu Gabinete, eu já recebia uma ligação de uma pessoa amiga, preocupada com relação a essa afirmação que V.Exa. acabou de fazer.

Agora, em relação a infringir a lei, quero dizer a V.Exa., que realmente não justifica, com qualquer objetivo, até mesmo, a precariedade da lei, ficarmos dando sustentação. Aí, realmente, tenho que concordar com V.Exa.

O SR. PENIEL PACHECO (PTB) - Agradeço o aparte do Deputado e farei minhas considerações finais, lembrando tão-somente que esse discurso da vítima, eu acho que é o que realmente se pretende em torno desse assunto. Como se diz aqui no jornal, que houve um risco calculado, segundo os dirigentes da CUT, isso quer dizer que havia uma intenção de tirar proveito dessa



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

123

TAQUI.: CÉLIA

REVISOR: ALZIRA

HORA: 11h40 Nº: 0/33.4

DATA: 26/5/94

ORADOR:

situação. E o proveito político será esse: Lula é vítima da justiça; Lula é

vítima



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

(124)

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Alzira

HORA: 11h45 Nº 0.34.1

DATA: 26.05.94

ORADOR: O SR. PENIEL PACHECO (Continuação)

Mudado às 12.20 hrs.

daqueles que são as oligarquias daqueles que dominam. Ora, sabemos que o Congresso é eleito pelo voto. Se houve irregularidade nessa eleição é obrigação denunciar e dizer quais os Deputados que estão lá, que não estão representando legitimamente o interesse da sociedade.

Eu até gostaria de lembrar que se fala muito da eleição do Collor e acho que é bom lembrarmos dessa lição que ficou na nossa História, para que não cometamos os mesmos erros. É muito bom saber, também, como o próprio Deputado que me aparteou falou, que uma eleição custa caro. Se a eleição do Collor custou caro, se ele levantou fundos para a sua campanha, se sobrou dessa campanha, ótimo, sabemos que isso já foi colocado a público, já foi denunciado, já foi mostrado, já foi apontado, já se sabe de onde vem o dinheiro do Collor, *mas* e a campanha do Lula, foi mais barata? A campanha do Lula não gastou dinheiro? A campanha do Lula não teve recursos? De onde vieram esses recursos? A CPI da CUT podia apontar a indicação do caminho lá, mas não deixaram acontecer! *Quem sabe* dizem que o Collor pegou sobra de campanha para poder construir a casa, reformar. O Lula deve ter pegado *ab* sobra de campanha para viajar pelo Brasil, para cima e para baixo, *porque* para não ter salário e sobreviver durante este período? Então, as indagações são várias, Deputado.

Existe a leitura, *mas* Como V.Exa. quer que se faça uma leitura



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

125

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Alzira

HORA: 11h45 Nº: 0.34.2

D|ATA: 26.05.94

ORADOR:

correta, tem que se fazer a leitura da História como um todo e não apenas de alguns nomes da História.

Vou encerrar meu pronunciamento, dizendo que é importante que todos - respeitemos a pessoa do candidato Luís Inácio Lula da Silva, ^{que} ~~tem~~ os seus méritos, tem os seus valores ^o ~~eu~~ não negaria isso jamais, ^{pois} ~~acho~~ a pessoa do Luís Inácio Lula da Silva, uma pessoa digna da nossa admiração e respeito, mas isso não o coloca acima da lei, O fato dele ter saído lá do Sindicato como um simples torneiro e ser hoje um candidato potencial à Presidência da República é algo meritório, mas isso não o coloca acima da lei. ^f ~~Ha~~ja respeito à lei ou então vai acontecer no Brasil a famosa fugimorização, ^f fim dos legislativos e cada um para si e Deus para todos.

Isto é o que não queremos para o País!

Muito obrigado, Sr^a, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Não havendo mais nenhum orador inscrito, está encerrado o Grande Expediente.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h47m.)